Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Mestrado Acadêmico em Geografia

Dissertação de Mestrado

Pobreza invisibilizada e resistência: As favelas às margens de trilhos em Fortaleza - CE e a política de urbanização de áreas de risco

Mestranda: Lidiany Soares Mota

Orientador Prof. Dr: Jan Bitoun

Co-orientador Profa. Dra: Eliana Costa Guerra

Recife, Outubro - 2007

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Mestrado Acadêmico em Geografia
Dissertação de Mestrado

Pobreza invisibilizada e resistência: As favelas às margens de trilhos em Fortaleza - CE e a política de urbanização de áreas de risco

Defesa do Mestrado Acadêmico em Geografia, defendida em Outubro de 2007, pela Universidade Federal de Pernambuco, conferindo o título de Mestre em Geografia.

Mestranda: Lidiany Soares Mota

Orientador Prof. Dr: Jan Bitoun

Co-orientador Profa. Dra: Eliana Costa Guerra

Mota, Lidiany Soares

Pobreza invisibilizada e resistência: as favelas às margens de trilhos em Fortaleza – CE e a política de urbanização de áreas de risco. – Recife: O Autor, 2007.
89 folhas : il., fig., fotos, mapas, quadros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia. Recife, 2007.

Inclui: bibliografia e anexos

1. Geografia Humana - Urbanismo. 2. Favelas – Trilhos - Áreas de risco. 3. Áreas de invasão – Ação pública – Ação comunitária. 4. Ceará – Fortaleza – Rede Ferroviária – Favelas. I Título.

911.3 910 CDU (2. ed.) UFPE BCFCH2007/99
CDD (22. ed.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS –DCG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA –CMG

LIDIANY SOARES MOTA

Título: "POBREZA INVISIBILIZADA: AS FAVELAS ÀS MARGENS DE TRILHOS EM FORTALEZA – CE E A POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCOS"

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: _____
Prof. Dr. Jan Bitoun (UFPE)

1°. Examinador: _____
Profa. Dra. Eliana Costa Guerra (UFRN)

2°. Examinador: _____
Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (UFPE)

APROVADA em 28 de setembro de 2007.

RCMS

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, como muitas coisas importantes de minha vida, foi o resultado da colaboração, e por que não dizer da paciência, de várias pessoas, entre familiares, amigos e professores que se tornaram peças-chave frente ao tempo de convivência, afinidade ou mesmo persistência.

Como em tudo em nossa vida, primeiramente agradeçamos a Deus, pelo trabalho cumprido, pelos prazos ampliados, pelas promessas atendidas, pelas súplicas diante daquele texto perdido em meio a milhões de folhas perdidas encontrado; pelo autor conhecido que deu valiosas contribuições, pelo amigo que falou de tal autor que trabalhava com a mesma linha, pelo colega da sala do mestrado que emprestou o artigo certo. Por meu querido orientador, ainda da graduação da Universidade Estadual do Ceará, Professor MS. Otávio José Costa, por todas as correções na Iniciação Científica e pela amizade conquistada durante aqueles bons e trabalhosos anos de faculdade; a minha co-orientadora, já em Fortaleza, Profa Dra. Eliana Costa Guerra, por toda sua colaboração desde o surgimento do pré-projeto de dissertação até as últimas semanas de orientação (mesmo que fosse via MSN de Natal para Recife, aos sábados) para minha defesa. Com ela aprendi que mesmo entrando em campo nos minutos finais do segundo tempo a gente ainda pode vencer o jogo; ao meu orientador Prof. Dr. Jan Bitoun, por toda sua paciência e obstinação em tirar da minha cabeça “a idéia de salvar o mundo”, como ele mesmo costuma dizer. Por suas valiosas observações, indicações bibliográficas além das correções fora do horário de trabalho, quando não havia mais ninguém no 6º andar do CFCH e eu ainda afirmando que os trilhos eram áreas de risco em Fortaleza.

A minha mãe Maria Lina, mais uma das nordestinas guerreiras que esse país tem e que custeou todos os meus gastos, que não foram poucos, em Recife até que a bolsa chegasse e que se dividiu entre Fortaleza e Recife durante esses dois anos do meu mestrado. A todos os meus parentes aqui em Recife que me ajudaram a “montar” minha casa: Janaína, Alencar, Jamilla, tia Antonia, Alessandro, Samantha, (priminha querida que até me ajudava a digitar quando eu usava o computador dela); a Allane, minha companheira de aventuras, que veio comigo de Fortaleza para Recife para fazer mestrado; para não ser injusta com ninguém da Casa de Estudante Feminina: a todas as amigas que fiz e que tanto me ajudaram logo que cheguei à Recife, em especial a todas do quarto 11(Isa, Thaísa, Mércia e Susi), as amigas do quarto de hóspedes (Penha, Mari e Gê). Ao Tiago, meu anjo querido, pelo incentivo e por sua paciência... E principalmente por estar em minha vida. Ao Felipe, que me emprestava o computador dele e ainda escutava depois de prontos os capítulos, dando opiniões valiosas, nada como ter um mestrando em economia em casa para dar boas dicas. Ao Anderson, por sua impressora que tantas vezes me salvou.

Mais uma vez a Deus, por ter colocado todas essas pessoas em meu caminho e ter me proporcionado tanto os momentos de alegria como os tortuosos momentos em que os capítulos travavam, mas que pela inspiração divina geravam *insights* durante as madrugadas.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - CAPES, por conceder a bolsa de mestrado.

Sumário

Lista de Figuras 6

Resumo 8

Introdução 10

1. As favelas como uma forma de habitar nas cidades brasileiras e Fortaleza **19**
1.1 As favelas nas cidades brasileiras / apontamentos gerais
1.2 As favelas em Fortaleza: Para além das fachadas
1.21 Os sítios desfavoráveis

2. As áreas de risco como uma forma de classificação das favelas em Fortaleza 39
2.11 O que é área de risco
2.12 Os debates acerca das áreas de risco em Fortaleza
2.13 O que significa a correlação favela área de risco
2.4 Soluções possíveis para as favelas

3. Caracterização das favelas às margens dos trilhos 58
3.1 Caracterização das favelas às margens dos trilhos
3.11 As Favelas e sua Relação à Rede Ferroviária e seus Usos
3.12 As favelas em relação à dinâmica imobiliária da cidade
3.13 Caracterização social dos moradores das favelas de trilhos

4. A ação pública e comunitária em relação às favelas às margens de trilhos 76
4.1 A ação pública
Defesa Civil
Outros órgãos públicos
4.2 A ação comunitária

5. Conclusões 79

Referências Bibliográficas 85

Mapas e Fotos 88

Lista de Figuras

Mapa da divisão político - administrativa da Região Metropolitana de Fortaleza 10
Imagem da favela da Rocinha - RJ 21
Mapa da evolução urbana de Fortaleza 26
Mapa de crescimento populacional de Fortaleza 27
Mapa de renda de Fortaleza 29
Mapa das áreas de risco 36
Mapa de bairros e localização de favelas de trilhos 38
Imagem Favela Maravilha 58
Imagem Favela do Boba 60
Mapa do trecho dos trens de Fortaleza 62
Imagem da Favela do Boba 65
Imagem da favela Maravilha 72

Lista de Siglas

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH: Banco Nacional de Habitação
CAJU: Centro de Assessoria Jurídica Universitária
CDPDH: Centro e Promoção dos Direitos Humanos
CEB: Comunidades Eclesiais de Base
CERAH Periferia: Centro de Estudos, Articulação e Referência Sobre Assentamentos Urbanos
CESE: Coordenação Ecumênica de Serviço
CFN: Companhia Ferroviária do Nordeste
CHCE: Companhia de Habitação do Ceará
CMP: Central dos Movimentos Populares
COHAB: Companhia de Habitação
DED: Serviço Alemão de Cooperação Social
FBFF: Federação de Bairros e Favelas Fortaleza
FINCOHAP: Fundo de Incentivo à Habitação Popular
HABITAFOR: Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
IBGE - Instituto brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índices de Desenvolvimento Humano
INOCOP: Instituto Nacional de Obras Cooperativas
IPECE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LAHAB: Laboratório de Habitação
NAJUC: Núcleo de Assessoria Jurídica
NUDEC: Núcleo de Defesa Civil Comunitário
NUHAB: Núcleo de Habitação e Meio Ambiente
ONG: Organização Não Governamental
ONU: Organizações das Nações Unidas
PHIS: Política Habitacional de Interesse Social de Fortaleza
PROAFA: Programa de Assistência a Favelas
RFFSA: Rede Ferroviária Federal S.A
RMF - Região Metropolitana de Fortaleza
SAS: Secretaria de Ação Social
SCI: Sociedades de Crédito Imobiliário
SER: Secretarias Executivas Regionais
SETAS: Secretaria do Trabalho e Ação Social
SUDENE: Superintência de Desenvolvimento do Nordeste
UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

Resumo

Esta dissertação vem a discutir a realidade de favelas às margens de trilhos na cidade de Fortaleza, especificamente, as comunidades do Boba (Bairro de Fátima) e Maravilha (Bairro Aeroporto) de 1985 a 2001. Discutimos o conceito de área de risco, hoje sustentáculo da política de intervenções em favelas que, antes da década de 80, nem eram registradas, mesmo se houve movimentos de moradores para permanecer no lugar. Com as diversas definições de áreas de risco por parte de atores governamentais e não governamentais, examina-se a situação de favelas às margens de trilhos, a priori sob perigo de incêndios ou mesmo de explosões face ao transporte de cargas inflamáveis (como derivados de gasolina). Observamos que, apesar dessa situação, esse tipo de risco não leva o Poder Público a intervir como fez em outras favelas à beira de cursos d'água. Desse modo, as favelas às margens de trilhos se mantêm praticamente intocadas desde o final da década de 30, permitindo o desenvolvimento de práticas comunitárias e a convivência com o trem. Concluímos que é esse sítio peculiar, em terrenos da União que não atraem o interesse imobiliário, à beira de trilhos que mantem e assegura a permanência dessas comunidades através das décadas.

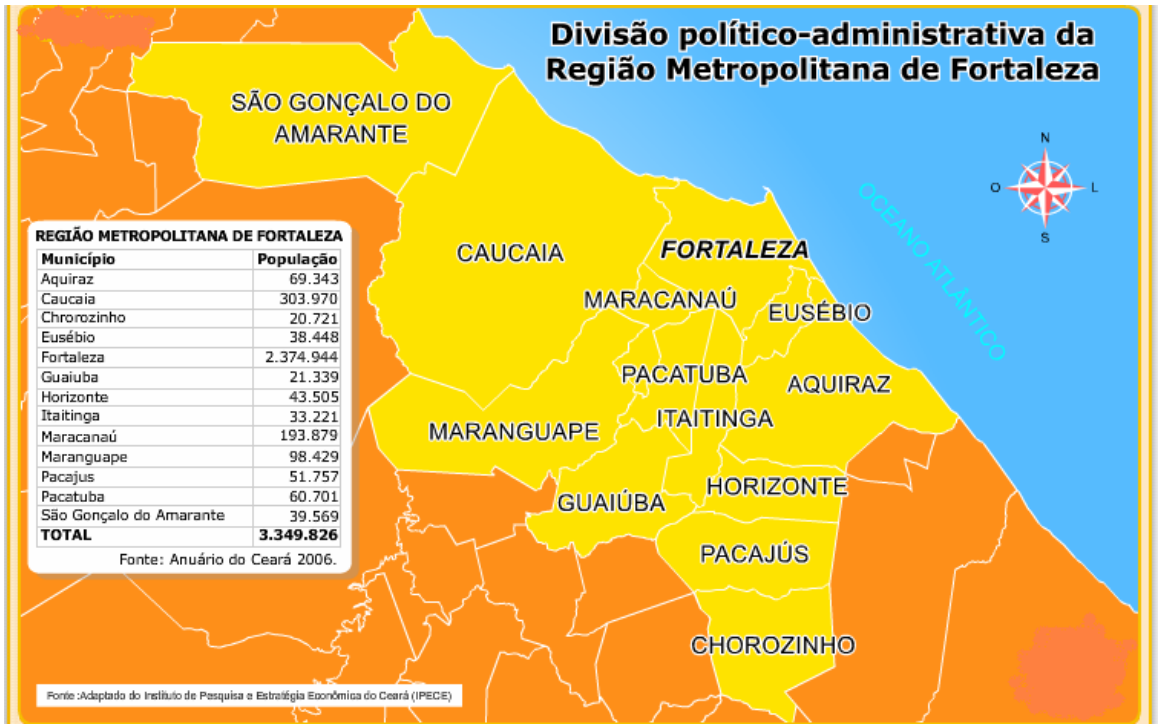
Palavras - chave: Favelas - Trilhos - Áreas de risco

Abstract

This dissertation comes to discuss the reality of the slums along side of rails of the city of Fortaleza, specifically the communities of Boba (Fátima Block) e Maravilha (Aeroporto Block) since 1985 to 2001. It discusses the meaning of “areas of risk” today hold the political of interventions in slums that before of the decade of 80, unless were registered, like having movements of residents along side of rails, at beginning under danger of fire or explosions for the transport of inflammable load (Like derivate of gasoline). We can observe that in spite of this situation, this kind of risk do not take the public power to act like in others slums along side of waters’ courses. Of this manner, these slums along side of rails maintain themselves almost equals since the decade of 30, permitting the development of communities practice and the living together with the train. We can observe that this peculiar place, in Unions’ earth do not attract the imobilliary interest, at along side of rails that maintain and secure the permanence of these communities at long of the decades.

Key words: Slums - Trails - Risk

Introdução



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará / IPECE

Fortaleza, com uma população de 2.138.234 habitantes (censo de 2000) além de capital do estado do Ceará, tem uma economia diversificada, destacando-se o dinamismo dos serviços turísticos, sofre com um dos mais principais dramas dos grandes centros urbanos: o déficit habitacional, acentuado fortemente pelas desigualdades de renda registradas na cidade e pela atração que a cidade exerce sobre populações do interior do estado, assim como pelo grande número de migrantes que diariamente chegam à cidade totalizando em torno de 4% da população local (IBGE, 1980-91-2001).

Ao longo de sua história, Fortaleza veio se tornando um dos principais *lócus* de atração para aqueles que buscam fugir das difíceis condições de vida do sertão nordestino. Tal processo tem se intensificado nos últimos quarenta anos. Neste contexto de capital urbanizada, Fortaleza adquiriu não apenas os benefícios como também os efeitos negativos, verificados na distribuição desigual de renda: “várias Fortalezas” foram, progressivamente, despontando lado a lado, ou seja, bairros com infra-estrutura frágil, falta de saneamento básico e aumento constante da população favelada, enquanto outros em que as condições de vida e de infra-estrutura urbana são bem distribuídas.

Podemos perceber que entre as décadas de 1940 a 1990, o crescimento urbano de Fortaleza em relação a sua população frente ao estado se deu de forma bastante acentuada, chegando a 8,61% em 1940; 19,98% em 1970 e 30% em 1996. (Fonte: Diário do Nordeste 1999).

O município de Fortaleza vem apresentando, juntamente com Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife, os maiores índices de domicílios localizados em favelas ou "aglomerações subnormais", como são classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, habitações precárias espacialmente desordenadas, em contraste com o traçado urbano da cidade "legal", ocupando terrenos de propriedade de terceiros, desprovidos da infra-estrutura necessária. Em geral, nessas favelas vivem pessoas desempregadas ou com renda baixa, não podendo, portanto, pagar prestações de imóveis, terrenos ou mesmo aluguéis em áreas que possuam equipamentos e serviços urbanos de uso coletivo. Dados da Prefeitura de Fortaleza revelam que, em 2000, o número de áreas de risco em Fortaleza era de 52, em contraposição, dados fornecidos pela Federação Cearense de Bairros e Favelas que denotam a existência de cerca de 90 áreas de risco.

Nos anos de 1980, dados de órgãos como o Programa de Assistência a Favelas – PROAFA (1985) demonstram o acentuado número de assentamentos subnormais de Fortaleza, suas principais localizações, número de casas e principalmente suas necessidades. Do período compreendido entre 1985 e 2000 (ano do último censo), os movimentos sociais demonstram preocupação com relação à situação das comunidades mais carentes, centrando seus esforços na elaboração de um relatório, que buscava retratar as condições de vida da população que ocupava áreas mais carentes de Fortaleza e do interior do estado. Tendo em vista os dados do IBGE, esta dissertação busca dar enfoque às favelas do município de Fortaleza, localizadas ao longo da via férrea, no trajeto que se estende desde a Parangaba ao Mucuripe, detendo-se mais especificamente em duas dentre as mais antigas, ou seja, as Favelas Boba (Bairro de Fátima) e Maravilha (Bairro Aeroporto).

Assim, ao longo da década de 1980, as organizações sociais, aliadas com organizações não governamentais como o Centro e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH buscaram intervir no contexto de favelas da cidade, visto que, até então, as

informações eram precárias, as intervenções pontuais e o número de favelas e de núcleos aumentava dia após dia. As comunidades e as ONG's pressionaram e conseguiram a elaboração de um projeto que visava um levantamento das áreas e núcleos de favelas de Fortaleza, inicialmente em 1985. Este relatório foi organizado pelo Programa de Assistência a Favelas de Fortaleza – PROAFA. Por meio dele foi possível conhecermos mais profundamente a realidade destas áreas, obter informações como número de habitantes, casas, bairros mais afetados por favelas e, assim, definir a atuação pública: erradicar ou urbanizar? Podemos notar que no relatório de 1991, o PROAFA já demonstra as alterações promovidas nas ações desenvolvidas pelo Estado a fim de diminuir o número de favelas por meio de erradicação ou urbanização. Perfilava-se no horizonte uma perspectiva de urbanização de áreas pobres, com a instalação de serviços de base. No entanto, o número de habitantes de Fortaleza continuava a crescer cada vez mais. O adensamento de seu tecido urbano nas áreas mais centrais e a forte especulação fundiária e imobiliária, acentuada com a intensificação dos fluxos turísticos, foram determinantes para a expansão da cidade que, hoje, desborda sobre o território de seus municípios vizinhos. O intenso fluxo de população pobre em busca de meios de sobrevivência uniu muitos moradores pobres a outros tantos que já a habitavam favelas e áreas de risco, na maioria das vezes em condições desumanas. Para as comunidades afetadas pela miséria, as áreas de risco eram locais ainda não ocupados, ou seja, a chance de permanecer na cidade, mesmo que sob condições desfavoráveis e mesmo sujeitos a riscos. Organizações sociais passam a defender a urbanização de áreas de risco, possibilitando a permanência dos moradores destas áreas em melhores condições. Em casos de impossibilidade de melhorias *in lócu*s defendem a retirada da comunidade para uma área que ofereça as condições necessárias para a moradia uma com dignidade.

GUERRA (2007) destaca que:

> "... o adensamento urbano em Fortaleza e mesmo no entorno mais imediato, o preço dos terrenos e dos alugueis, a inexistência de políticas mais amplas de habitação tem levado os moradores a se instalar em áreas cada vez mais precárias... o que se chamava inicialmente favela, com os processos de urbanização e de instalação de serviços urbanos (luz, telefonia, comércios, transporte foi se desenvolvendo e ganhando aparência muito mais de bairro popular. As famílias foram investindo progressivamente na melhoria de suas habitações que também passaram a ter outra aparência..." GUERRA

> (2007). As chamadas áreas de risco compõem o cenário atualizado da miséria urbana de nossas cidades, clamando por intervenções urgentes, o que não desobriga as autoridades de intervir com políticas sociais amplas, inclusive com políticas urbanas nas tradicionais áreas de favelas.” GUERRA (2007; s.p.)

Segundo ALHEIROS (2000), “risco” expresso à possibilidade de perdas materiais ou sociais, através da ocorrência de um acidente. Para que haja risco é necessário que haja alguma ocupação do espaço. No entanto, tal definição de risco, também utilizada nos manuais da Defesa civil não é colocada em prática no município de Fortaleza, visto que algumas áreas aguardam há muito sua catalogação para que seja feito o mapeamento das áreas possivelmente afetadas e, dessa forma, a Prefeitura passe a tomar providências a fim de conter tais riscos. Até então, populações que habitam margens de trilhos, áreas próximas a aeroportos, gasodutos, indústrias que produzam materiais tóxicos ou inflamáveis entre outros vão sendo colocadas em segundo plano.

Conceituarmos as áreas de risco tem se revelado uma tarefa árdua, uma vez que entram em confronto várias formas de analisar o problema habitacional e de classificar uma área, segundo os interesses em jogo. Dessa forma, a indefinição conceitual conforta a tímida atuação da Prefeitura, que não se dota de estrutura necessária para que a Defesa Civil possa colocar em prática aquilo que prega em seus manuais. Ano após ano, prioriza atendimento pontual e de emergência nos casos que se repetem por ocasião de deslizamentos ou enchentes. As transferências e ou urbanizações, intervenções que poderiam se traduzir em soluções mais duradouras e definitivas para estes problemas são descartadas da agenda municipal. As ONG’s buscam reforçar os processos de organização das comunidades afetadas por meio de cursos para capacitação das lideranças, a fim de que as mesmas consigam exprimir seus anseios de forma mais condizente coma realidade da legislação Federal, Estadual e Municipal, que versa sobre os processos de remoção ou urbanização. Todavia, a capacitação e conscientização de lideranças populares têm revelado seus limites nesta luta inglória ante o agravamento da questão social e de suas expressões em meio urbano.

As divergências na definição de áreas de risco que findam por tardar as intervenções públicas nestas áreas. Ora, as definições oficiais tendem a reduzir o espectro do que se designam áreas de risco deixando fora da classificação dezenas de áreas. Constatamos grande disparidade entre os dados oficiais e aqueles divulgados

pelos movimentos sociais. A Prefeitura Municipal de Fortaleza preconiza como área de risco as áreas catalogadas pela Defesa Civil, ou seja, aquelas áreas sujeitas a desastres naturais ou mesmo aos provocados pelo homem, no entanto, seus manuais nem sempre são seguidos com rigor, conforme observaremos adiante quando nos deparamos com definições para áreas de risco por transporte de materiais inflamáveis. Esta definição não se aplica rotineiramente, pois estas áreas não representam riscos imediatos como uma inundação prevista ano após ano em uma favela localizada às margens de rio, por exemplo. Dessa forma, oficialmente, são tidas apenas como área de risco aquelas catalogadas e mapeadas pela Defesa Civil, mais empenhada nos casos mais imediatos. Áreas de possíveis desastres podem esperar até mesmo décadas. Assim, a população acaba por se tornar objeto de interesses do Estado, que se perde em meio à burocracia, à busca por financiamentos, às mudanças nas políticas na esfera federal. Em muitos casos, o governo municipal fica refém de projetos, que se contrapõe às reais necessidades dos moradores que, em sua maioria, não têm interesse em deixar a área em que vivem.

Inseridas neste contexto se encontram as comunidades Boba e Maravilha, localizadas às margens do trilho de cargas da antiga RFFSA, hoje Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), há mais de 50 anos. A população não vê perigos quanto a acidentes, visto que até hoje, não há registros de ocorrências com vítimas neste trajeto. A via férrea que atravessa a área tem um fluxo reduzido e não traz tantos perigos à população. O transito de tens ocorrem em horários e em turnos em que o fluxo de pessoas é reduzido (6hs ou 00h). Resta à população, no entanto, o risco por acidentes com a própria carga transportada, que, segundo a própria CFN, inclui diesel, gasolina, querosene de aviação, álcool, óleo e combustível, sendo as principais cargas cimento, farinha de trigo, clínquer (derivado do cimento) e derivados de combustível (diesel e gasolina), ou seja, produtos que representam riscos reais de incêndios. A convivência com os trens já é fato comum para os moradores dessas áreas.

A pesquisa da qual é fruto esta dissertação buscou compreender as contradições que marcam a instalação e permanência da população das favelas Boba (Bairro de Fátima) e Maravilha (Aeroporto), processo este que em sua aparência revela uma espécie de inércia destas áreas. Na medida em que a permanência destas populações invisibilizadas pelos arranha-céus denota inércia. Na mediada em que essa aparência não estaria a esconder uma essência composta por estratégias de resistência

ante o avanço de perspectivas tidas como “modernizantes” que findam por reforçar a especulação fundiária na cidade e a segregação sócio-espacial, “empurrando” para as franjas urbanas a população indesejável, os chamados “sobrantes”, revelando o que Borzacchiello expressou ao afirmar em sua tese de doutorado que “os incomodados não se retiram”. (1992).

As favelas Boba e Maravilha ilustram bem casos de áreas de risco, podendo ser exemplares no entendimento do significado de Área de Risco para o município de Fortaleza.

Pareceu-nos necessário conhecer um pouco da realidade das favelas nas cidades brasileiras e adentrar no debate concernente às favelas do município de Fortaleza. Buscamos ainda analisar os sítios desfavoráveis comparando o mapa das favelas de fortaleza com o mapa de risco, no sentido de indicar as discrepâncias entre favelas mapeadas que se encontram em áreas de risco e aquelas que nem cadastradas são e áreas de risco que ainda não são registradas como tal, mesmo apresentando os parâmetros estabelecidos pela Defesa Civil.

Para melhor compreendermos a dinâmica e a própria geografia social da cidade, traçamos um paralelo entre as favelas de Fortaleza e o nível de renda dos locais. Buscamos compreender a forma de classificação das áreas de risco de Fortaleza como modo de estabelecer parâmetros de atuação prioritários nas favelas da cidade. Procuramos ainda entender os significados de área de risco, os debates realizados em Fortaleza, compreendendo a relação favela-área de risco, observando as condições reais, a forma de expressar o estigma[1] de favelado, sentido entre alguns dos moradores das comunidades e percebemos que o uso do termo área de risco retratava uma estratégia de obter políticas prioritárias para estas áreas. Salientamos ainda algumas alternativas já oferecidas pelo estado para sanar os problemas das favelas.

Em seguida, procuramos situar às áreas de habitação precária no contexto histórico do desenvolvimento das políticas habitacionais de interesse social em

[1] Estigma – (Erving Goffman): Diferença profundamente desacreditadora, desvalorizada e indesejável. Os estigmatizados normalmente aceitam o rótulo, identificam a condição e sentem-se menos humanos (valiosos) e envergonhados.

Fortaleza; observando as favelas como uma forma de habitar nas cidades brasileiras e em Fortaleza, destacando a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), as remoções de favelas, tão comuns em Fortaleza durante a década de 1970, assim como as alternativas que se seguiram a extinção deste órgão, na década de 1980: os mutirões habitacionais e os programas de urbanização de favelas.

Passamos então a caracterizar as favelas às margens dos trilhos, analisando as comunidades afetadas e sua relação com a rede ferroviária e seu uso. Buscamos ainda conhecer seus moradores, sua vida cotidiana e profissional. Por fim, analisamos a ação pública e comunitária em relação às favelas às margens de trilhos.

Para entendermos o processo de favelização, verificado no município de Fortaleza e, em particular nas áreas estudadas, foi necessária uma apurada coleta de dados que retratam a realidade enfrentada por essas populações carentes, que vivem às margens da via férrea ao longo do percurso que se estende desde a Parangaba até o Mucuripe. Foi de suma importância o auxílio de instituições que pesquisam as muitas faces do município de Fortaleza, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que através de dados oficiais retrata o número de favelas (aglomerações subnormais) do município, possibilitando a localização por meio de mapas e plantas dos principais setores de favelas, características das habitações (n° de cômodos, existência ou não de instalações sanitárias). Trabalhamos com dados oficiais (cf. bibliografia) obtidos na pesquisa "Favelas", de 1985 e 1991, organizados pelo Programa de Assistência a Favelas (PROAFA) e dados do último censo (2000). Dessa forma, pudemos analisar a evolução da situação destas áreas em Fortaleza no contexto do processo de favelização. Nosso estudo cobre os últimos quinze anos, explicitando a evolução e os limites na intervenção do Estado no tocante ao problema da habitação popular.

Usamos ainda a "Relação de Aglomerações Subnormais", de 2002, organizada por Marcelo Barros (BASEOP – DIPEQ/CE), relatando os principais bairros afetados por favelas. Para conhecermos de forma empírica as reais necessidades e o cotidiano das favelas, foram feitas visitas e entrevistados líderes comunitários e alguns moradores que puderam fornecer os dados "*in loco*". Os questionários constaram de perguntas semi-abertas sobre a procedência dos moradores, idade, grau de escolaridade, renda mensal,

condições da habitação, presença ou não de equipamentos básicos como água e luz elétrica, presença ou não de auxílio do Estado ou de políticos de forma isolada e em que épocas isto costuma ocorrer. Foram analisadas ainda, as formas de intervenção e os limites na ação do Estado por meio de visitas e pesquisas junto à Secretaria de Ação Social (SAS) As informações sobre as ações realizadas nas favelas do município, bem como seus projetos para as áreas, constituíram a base para a produção de mapas que nos permitiram analisar até que ponto as ações atingem o grau de assistencialismo e não se revelam como solucionadoras do maior dos problemas, ou seja, a falta de moradia digna como conseqüência das disparidades sociais. Fizemos uso ainda de pesquisas a documentos e entrevistas com autoridades do Estado, responsáveis pela situação das aglomerações subnormais na Prefeitura de Fortaleza, a fim de obter maiores esclarecimentos sobre a regulamentação e/ou transferência das comunidades que vivem em favelas, assim como seus estudos e projetos.

Utilizamos consultas de dados colhidos na Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) do município de Fortaleza, responsável pela construção da estrada de ferro que corta o Bairro de Fátima, seguindo em direção ao Bairro Aeroporto, iniciada em 1938. Foram feitas pesquisas no acervo do jornal “O Povo”. As reportagens arquivadas deste importante jornal cearense possibilitaram a análise do processo de construção da via férrea na época, além de elementos sobre o início da ocupação da área em estudo.

Utilizamos ainda acervo bibliográfico e entrevistas com representantes de organizações não governamentais tais como: Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH (arquidiocese de Fortaleza), Ceará Periferia, Instituto da Cidade, Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FFBF, além da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR, órgão da prefeitura municipal. Estas organizações se dedicam ao estudo do *déficit* de moradia do município de Fortaleza.

Realizamos ainda consultas sobre a viabilidade de projetos ligados a prefeitura de Fortaleza como o Projeto Delineamento da Política Habitacional de Interesse Social de Fortaleza – PHIS e de outros em andamento como o convênio firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e a administração municipal, responsável pelo projeto Habitar Brasil, que vem

desenvolvendo alternativas para a construção de casas populares na comunidade Maravilha.

Utilizamos material bibliográfico e entrevistas com técnicos da Defesa Civil, órgão responsável pelo conceito de área de risco empregado pela Prefeitura de Fortaleza, a fim de melhor compreendê-lo e compará-lo com a realidade da população residente às margens de trilhos.

Procedemos ainda a entrevistas com técnicos da Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, a fim de conhecermos horários e cargas transportadas e assim medir o real risco do tráfego de cargas no percurso da Parangaba ao Mucuripe.

Consultamos o mapa de bairros de Fortaleza a fim de destacarmos a posição das favelas às margens de trilhos e assim mostrarmos que se encontram em áreas de grande interesse imobiliário, apenas não sendo utilizadas como tal, por se localizarem em terrenos da União.

Fizemos uso de amplo acervo bibliográfico para, assim, podermos dispor de um bom embasamento teórico para a leitura crítica da realidade estudada e a discussão de questões práticas e dos dados obtidos. Contamos com renomados autores que se dedicam ao estudo da temática habitacional em nosso país.

Nossa dissertação está estruturada em 5 capítulos. No primeiro capitulo abordamos as favelas como uma forma de habitar nas cidades brasileiras e em Fortaleza, no segundo as políticas habitacionais de interesses sociais em Fortaleza, no terceiro a caracterização das favelas na beira dos trilhos, no quarto a ação pública e comunitária em relação às favelas as margens de trilhos e no quinto as conclusões e as hipóteses confirmadas e ou refutadas.

Capítulo 1

1. As favelas como uma forma de habitar nas cidades brasileiras e em Fortaleza

O déficit habitacional dos grandes centros urbanos brasileiros tem entrado nas agendas dos gestores urbanos, visto o grande salto demográfico, verificado, principalmente, a partir da década de 1970. Na década de 1980, a situação se agravou frente à diminuição dos investimentos destinados ao setor habitacional, com a extinção do Banco Nacional de Habitação - BNH, no final de 1986. Após a Constituição de 1988, movimentos em prol da descentralização administrativa e da municipalização ganham relevo no âmbito das políticas urbanas (SOUZA**).** No que concerne à descentralização, os entes municipais reivindicam maior autonomia e recursos para delinear suas políticas urbanas em nível local. Com relação à desconcentração e à gestão urbana propugnam-se alternativas que se pautam na divisão dos territórios municipais, com vista ao desenho e implementação de políticas melhor adaptadas às reais necessidades dos moradores das cidades, considerando que estas se espraiam em vastos territórios urbanos caracterizados pela diversidade social, econômica, cultural, paisagística etc. A descentralização não avançou tanto, restando tímida em relação às formulações iniciais. Todavia, a desconcentração administrativa teve expressões diferenciadas segundo as grandes cidades em que foi aplicada. Em Fortaleza, os bairros são foram agrupados em Secretarias Executivas Regionais – SER, a fim de facilitar o trabalho administrativo da Prefeitura e demais órgãos.

O crescimento demográfico dos grandes centros urbanos vem chamando a atenção de estudiosos como DINIZ, que mostram que entre os períodos de 1940 e 2000, a população brasileira quadruplicou, subindo de 41 para 170 milhões de habitantes. No recente artigo de HOERNING (2005) a autora ressalta que embora o problema da moradia exista também na área rural, o mesmo é característico dos grandes centros urbanos (81,3% do déficit habitacional brasileiro). Destaca ainda, que estes vivem um forte e desorganizado processo de urbanização, reforçado com a chegada de migrantes que se dirigem aos grandes centros em busca de oportunidades, de sobrevivência. Este êxodo rural, ao qual se refere HOERNING (2005), fez com que a população rural brasileira, baixasse de 63,8%, em 1950, para 18%, em 2000 (Fundação João Pinheiro, 2000).

Atualmente, o conceito de *propriedade,* vem sendo bastante observado pelos estudiosos do fenômeno urbano. Ora, na maioria das áreas de moradia popular a casa, objeto de valor de uso por excelência para seus moradores, adquire valor de troca, ganha status de mercadoria, à qual uns poucos têm acesso, apesar de nossa Constituição, lei maior do país, considerar a moradia um direito, como assim explicita em seu Capítulo. II (Dos Direitos Sociais):

> Art. 6°* "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, **a moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição".

No período de 1991, na Região Metropolitana de Fortaleza, no tocante à habitação temos 64.603 imóveis particulares vagos. Em 2000, este número sobe para 98.089, segundo a Fundação João Pinheiro 2000. PETINNE destaca:

> "Não se pode pensar habitação isoladamente do ambiente urbano. Em geral, o grande provedor da produção habitacional é o poder público que tem concentrado preocupação com a estrutura física, o abrigo. A ocupação próxima a serviços e oportunidades de trabalho é muitas vezes desprezada. O acesso ao espaço com apropriada localização (terreno) e com infra-estrutura básica, apesar de constituir um direito de todos os cidadãos, são necessidades que a habitação deve satisfazer desconsideradas quase sempre por programas habitacionais. Assim, a questão fundiária urbana é quase sempre relegada, a começar pela legislação federal até a municipal. Os desfavorecidos, então, recorrem à informalidade". (PETINNE: 2002, p.1).

Podemos perceber que uma das grandes dificuldades do acesso a terrenos nas cidades é, sem dúvida, o elevado preço que impossibilita grande parte da população brasileira de comprar o espaço para viver. As populações mais carentes findam por ocupar locais insalubres, com precárias condições de habitação no intuito de permanecerem nas cidades. Percebemos então que a ilegalidade fundiária urbana além da irregularidade nos processos construtivos, a inadequação das moradias as normas urbanísticas, explica e materializa a um só tempo a insegurança da permanência da população mais espoliada nas favelas e bairros populares, inibe iniciativas de investimentos pela própria população e não satisfaz a necessidade da ocupação. Algumas comunidades conseguiram se manter em grandes centros urbanos, edificando

aglomerados importantes tais como: Rocinha (Rio de Janeiro), Heliópolis (São Paulo), Coque (Recife), Lagamar (Fortaleza), Aglomerado da Serra (Belo Horizonte), Vila Pinto (Curitiba).

1.1 A Presença das Favelas nas Cidades Brasileiras

Favela da Rocinha – Morro Dois Irmãos, RJ. Fonte: Irvine - 2006

Desde o final do século XIX, no Brasil, as favelas fazem parte dos cenários citadinos. Os primeiros registros[*] de favelas mostram que a precursora foi a então capital da república, o Rio de Janeiro. Esta ocupação ocorreu em resposta ao processo de derrubada dos cortiços, aproveitando o grande número de espaços vazios dos morros e charcos no entorno da cidade que crescia em meio a intensos processos de desigualdade sócio-econômica. Como destacam ZALUAR e ALVITO:

> "... a favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram às imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da

[*] ZALUAR e ALVITO. *Um século de favela*. RJ: 1998, p. 7.

> falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade...” (ZALUAR e ALVITO, 1998, p. 7-8).

A questão habitacional revela e materializa hoje uma das maiores contradições entre o direito constitucional e a situação de pobreza no Brasil, e é facilmente percebida nos grandes centros urbanos. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001) destaca que 82% dos brasileiros que vivem em cidades, habitam favelas. Atualmente, estão cadastradas 16.433 favelas, sendo que de 1999 a 2001, o número de domicílios em favelas cresceu de 900 mil para mais de 2,3 milhões. Desses domicílios, mais de 1,6 milhão (70%) estão localizados nos 32 maiores municípios brasileiros, ou seja, com mais de 500 mil habitantes denotando uma expressão metropolitana da questão.

As cidades com maior número de favelas no país, segundo IBGE / Censo de 2000 são: São Paulo (612), Rio de Janeiro (513), Fortaleza (157), Guarulhos (136), Curitiba (122), Campinas (117), Belo Horizonte (101), Osasco (101), Salvador (99) e Belém (93). Dentre as regiões, que mais possuem domicílios cadastrados em favelas, em números absolutos, o Sudeste se destaca com 1,4 milhões de moradias, distribuídas nas 6.106 favelas cadastradas. Porém, percentualmente, a região Sul é aquela em que mais municípios declararam possuir este tipo de situação habitacional com 7.077 favelas, ou seja, 30% deles. A pesquisa do IBGE (2001) revela ainda que o número de domicílios em favelas no Brasil cresceu 156%. Dentre as cidades com maior número de moradias em favelas destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Outro grave problema enfatizado pela pesquisa são os loteamentos irregulares, revelados em 36,8% das cidades do país, ou seja, que não obedecem a todas as regras urbanísticas, e 24,3%, lotes clandestinos, cuja ocupação não é informada à prefeitura.
No caso das irregularidades, os números crescem nas cidades maiores, chegando a 93,8% das com mais de 500 mil habitantes.

Outro grave problema enfatizado pela pesquisa são os loteamentos irregulares, revelados em 36,8% das cidades do país, ou seja, que não obedecem a todas as regras, e 24,3%, lotes clandestinos, cuja ocupação não é informada à prefeitura. No caso das

irregularidades, os números crescem nas cidades maiores, chegando a 93,8% das com mais de 500 mil habitantes.

Sabemos que é a intensa a discussão sobre irregularidade (Loteamento clandestino) e ilegalidade (Assentamentos subnormais - núcleos ou favelas). Podemos destacar de antemão que, ao contrário dos invasores verdadeiros, os moradores de um loteamento clandestino têm o título de posse do terreno, de fato ou de direito. A principal diferença entre as favelas e os loteamentos clandestinos é que nos loteamentos, mesmo tendo o título de posse, as casas são, quase sempre, construídas sem autorização formal do governo local e assim não obtêm do mesmo os benefícios que as áreas formalmente ocupadas podem exigir.

DAVIS (2006, p. 50) caracteriza como loteamentos clandestinos e, portanto, irregulares, como sendo aqueles que, ao contrário de muitos acampamentos de invasores, costumam ser dividido em lotes uniformes, o que demonstra um nível mais acentuado de organização diante dos terrenos ilegalmente ocupados. Estes loteamentos têm ruas traçadas do modo convencional, porém os serviços públicos são rudimentares ou inexistentes, ao contrário dos serviços nas áreas ilegais de favelas onde para se obter os serviços públicos a comunidade em questão necessita de um alto grau de organização para reivindicar tais melhorias, sendo para tanto necessária ações populares, como passeatas que levem ao conhecimento público as dificuldades em que vivem ou mesmo a ação das organizações de moradores de favelas, muitas vezes aliadas à ONG's que defendam o interesse social junto ao setor habitacional.

O preço de venda dos terrenos clandestinos também nos traz um aspecto interessante, quando notamos que são os próprios residentes que devem destacar as melhorias infra-estruturais que promoveram no terreno para assim ter um preço mais elevado.

BARÓSS e VAN der LIDEN (1990 p. 2-7) definem que loteamentos irregulares:

> "Plantas planejadas, baixo nível de serviços, localização suburbana, elevada segurança da posse, falta de obediência aos planos de desenvolvimento urbano e residência construída pelo próprio morador são as características genéricas..." (BARÓSS e VAN der LIDEN, 1990 p. 2-7)

Sabemos, no entanto, que a moradia em áreas irregulares (loteamentos clandestinos) ou mesmo ilegal (núcleos ou favelas), se conjuga em muitos casos de áreas de moradia popular no Brasil como uma alternativa à crise habitacional.

Vale ressaltar que as cidades com maior número de favelas no país, segundo IBGE / Censo de 2000 são: São Paulo (612), Rio de Janeiro (513), Fortaleza (157), Guarulhos (136), Curitiba (122), Campinas (117), Belo Horizonte (101), Osasco (101), Salvador (99) e Belém (93). Dentre as regiões, a que mais possui domicílios cadastrados em favelas, em números absolutos, é a Sudeste, com 1,4 milhões de moradias, distribuídas nas 6.106 favelas cadastradas. Porém, percentualmente, a região Sul é aquela em que mais municípios declararam possuir este tipo de situação habitacional com 7.077 favelas, ou seja, 30% deles. A pesquisa do IBGE (2001) revela ainda que o número de domicílios em favelas no Brasil cresceu 156%. Dentre as cidades com mais moradias em favelas destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

1.2 As Favelas em Fortaleza: para além das belas fachadas e intervenções urbanas do fim do século XX

As primeiras favelas a surgirem em Fortaleza decorreram do intenso fluxo migratório por parte dos agricultores que deixavam o campo em busca de melhores oportunidades na cidade, enquanto deixavam para trás o flagelo das secas. Podemos notar que, muitas dessas pessoas, sem uma boa qualificação profissional ou mesmo uma renda para se fixar na cidade, buscavam nas hoje denominadas “áreas de risco” (Segundo definição da Defesa Civil são locais onde se expressa à possibilidade de perdas materiais ou sociais, através da ocorrência de um acidente), a solução para a falta de moradia na cidade de Fortaleza. Dessa forma, temos já na década de trinta, o surgimento das primeiras favelas, localizadas às margens de rios, lagos ou lagoas ou mesmo nas dunas. Podemos citar como exemplos as ocupações do Lagamar (1933) e Morro do Ouro (1940).

Já nos anos cinqüenta e sessenta, o êxodo rural avança empurrando para a capital centenas e milhares de pessoas, expressando assim as contradições que marcam nossa sociedade, aguçadas pela crise na agricultura, pela concentração fundiária e pelas secas periódicas. O poder de atração de Fortaleza, em função dos serviços e empregos

urbanos ofertados influenciava diretamente os fluxos migratórios, sendo responsável pela macrocefalia de nossa capital no território cearense que domina (COSTA, 2004).

Podemos observar, no entanto, que não apenas as várzeas eram alvos de ocupações, com o passar das décadas e com a conseqüente diminuição de espaços a construir, as dificuldades financeiras e ausência e/ou insuficiência das políticas habitacionais, a população carente passa a ocupar também as margens das vias férreas.

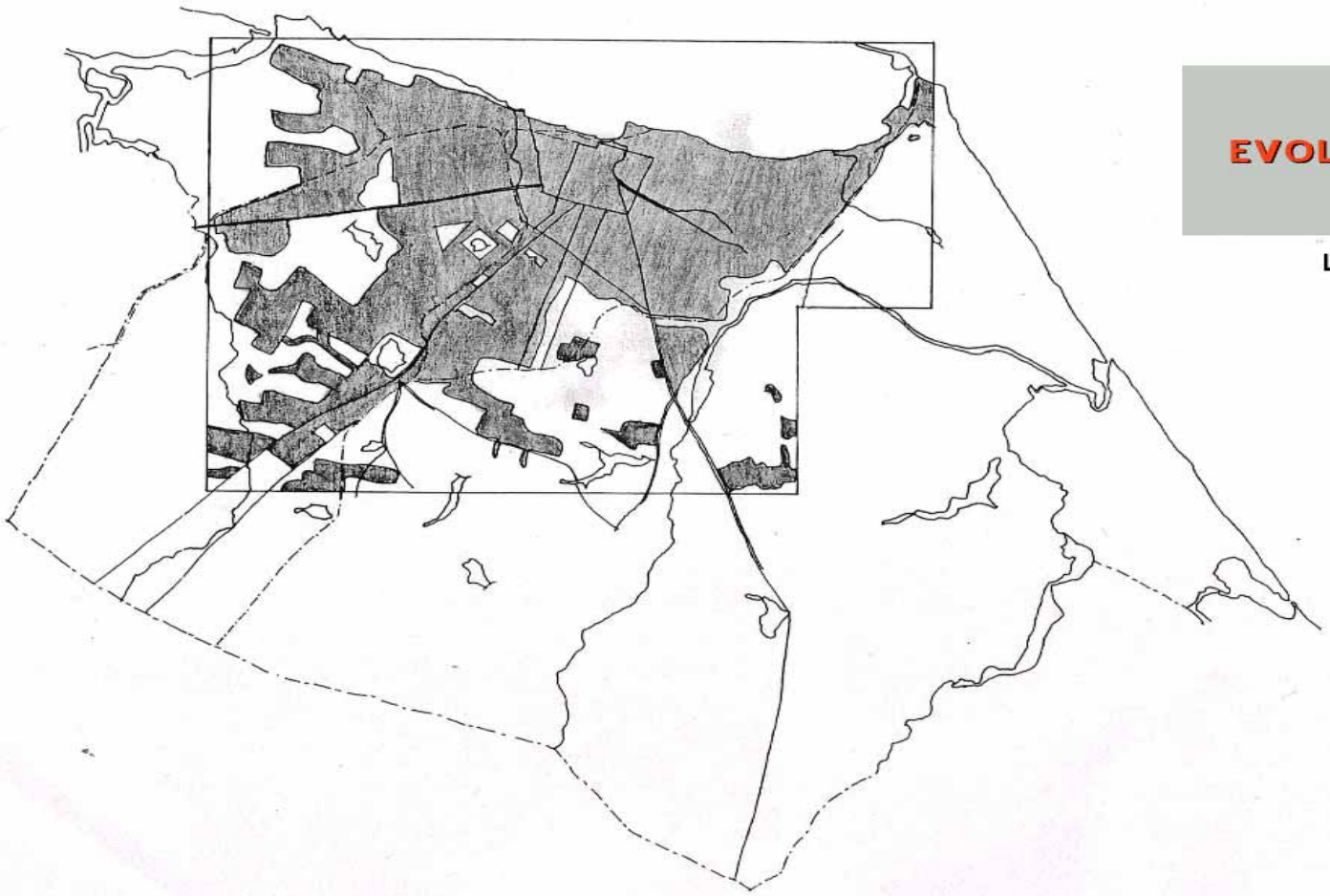
Assim temos que:

> "A área entre o ramal norte da via férrea e a zona de praia a oeste de Fortaleza, atrai a população carente pela presença da zona industrial da Av. Francisco Sá e de terrenos de marinha no Pirambu. A ocupação desta área se inicia ainda no século XIX com o Arraial Moura Brasil nas proximidades do Centro, se estendendo a partir dos anos cinqüenta, em direção aos atuais bairros do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará". (COSTA, 2004)

Prefeitura de Fortaleza

mapa 21b
EVOLUÇÃO URBANA
SÉC. XX

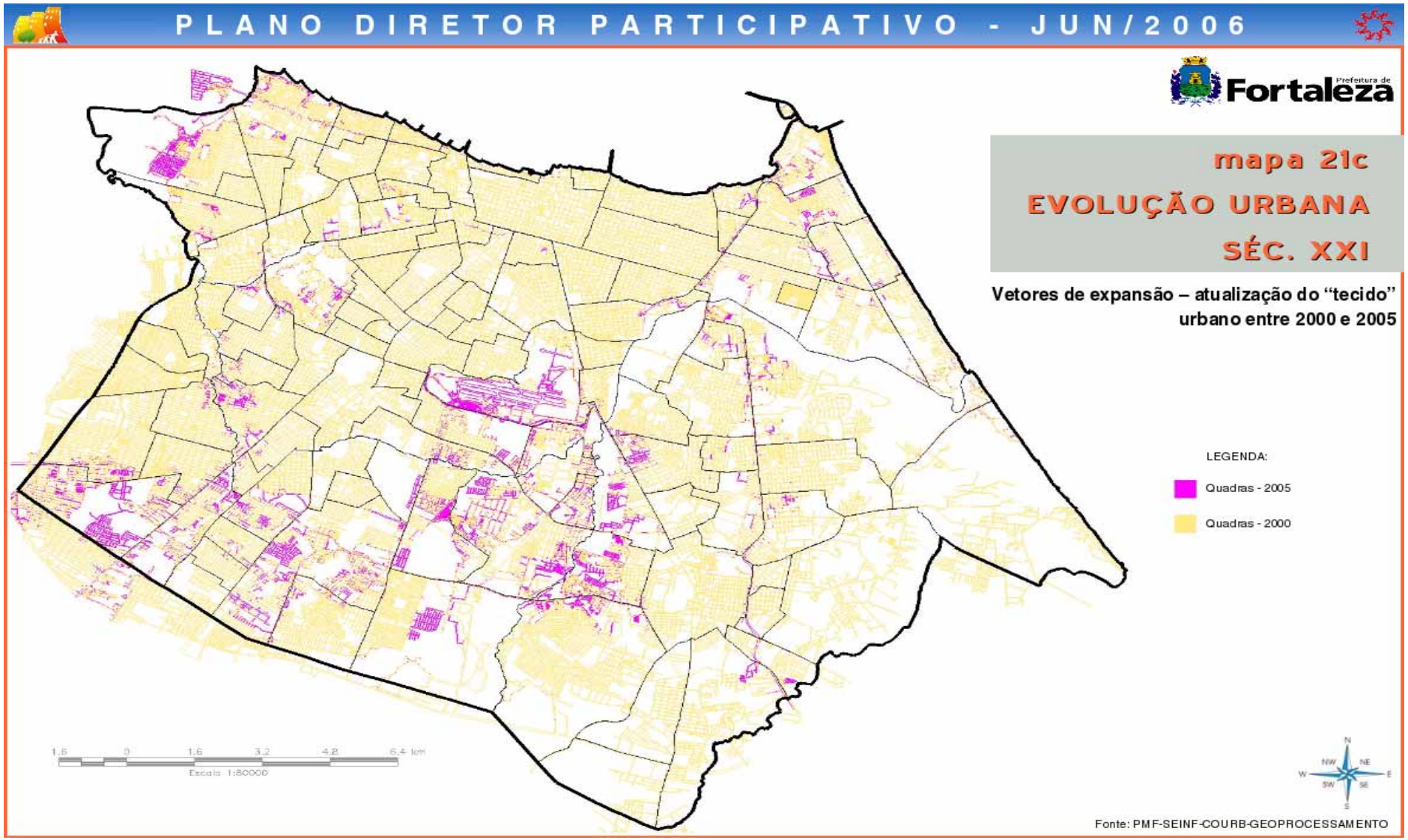
Levantamento aerofotogramétrico
1959 (exército)



LEGENDA:

ÁREA OCUPADA

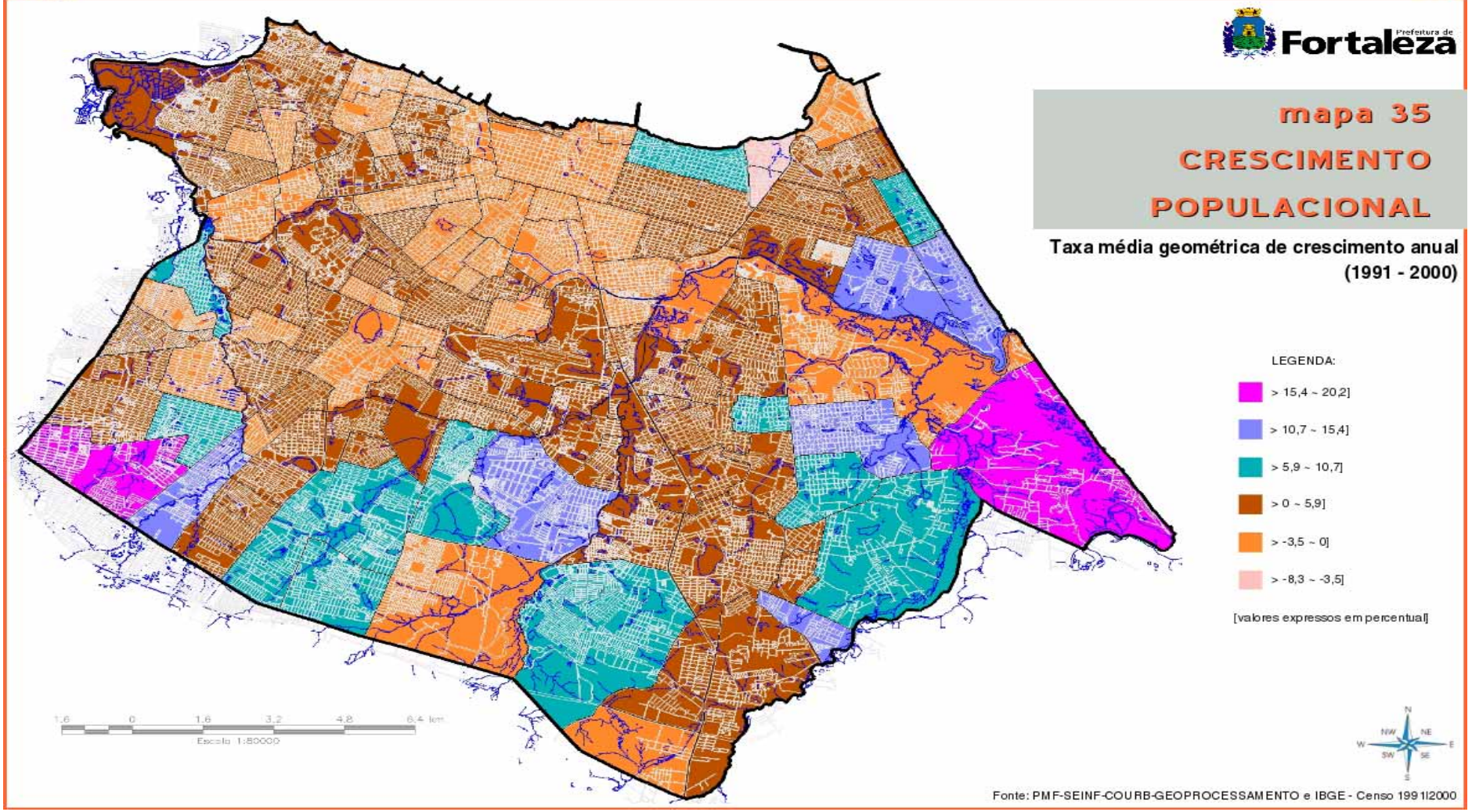
Fonte: PMF [IPLAM-SEINF] (aspectos históricos antecedentes ao PDDU.FOR)


PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO - JUN/2006
Prefeitura de Fortaleza
mapa 21c
EVOLUÇÃO URBANA
SÉC. XXI
Vetores de expansão – atualização do "tecido" urbano entre 2000 e 2005
LEGENDA:
Quadras - 2005
Quadras - 2000
1,6 0 1,6 3,2 4,8 6,4 km
Escala 1:80000
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
Fonte: PMF-SEINF-COURB-GEOPROCESSAMENTO

O Bairro Pirambu foi um dos que mais ganhou notoriedade no cenário nacional, visto ter sido objeto de uma intensa resistência das famílias que tentavam permanecer nos terrenos de marinha. COSTA afirma que:

> “Milhares de pessoas saem da periferia e tomam as ruas do Centro de Fortaleza no primeiro dia do ano de 1962. O cortejo é acompanhado por uma população curiosa, que lota janelas e calçadas. Na multidão, o sentimento de luta contra as injustiças sociais. "É pecado mortal morrer de fome", "Queremos solidariedade. Ricos e pobres, somos todos irmãos", "Defendemos a dignidade humana", anunciavam as faixas. A Marcha do Pirambu correu a cidade, foi destaque em rádios e jornais, e consagrou o movimento do bairro como um ícone de resistência à expulsão”. (COSTA, 2004, p 1))

A cidade de Fortaleza continuava seu ritmo acelerado de crescimento e da mesma forma crescia o interesse das pessoas pela vida na capital cearense mesmo que fosse morando nas favelas da cidade.


Prefeitura de Fortaleza
mapa 35
CRESCIMENTO POPULACIONAL
Taxa média geométrica de crescimento anual (1991 - 2000)
LEGENDA:
> 15,4 ~ 20,2]
> 10,7 ~ 15,4]
> 5,9 ~ 10,7]
> 0 ~ 5,9]
> -3,5 ~ 0]
> -8,3 ~ -3,5]
[valores expressos em percentual]
1,6 0 1,6 3,2 4,8 6,4 km
Escala 1:80000
N
NW NE
W E
SW SE
S
Fonte: PMF-SEINF-COURB-GEOPROCESSAMENTO e IBGE - Censo 1991/2000

Buscando solucionar as questões do Pirambu, temos que:

> "A primeira ação efetiva do poder público para combater o déficit habitacional em Fortaleza ocorreu em 1963, com a implantação do conjunto Ajuda Mútua, no Pirambu, com 126 unidades construídas pela Companhia de Habitação do Ceará – CHCE".

População de Fortaleza através dos anos:

Ano	**População**
1930	126.666
1940	180.185
1950	270.169
1960[*2]	507.108
1970	857.980
1980[*3]	1.307.611
1990	1.824.991
2000	2.141.402

Fonte: Dados censitários – IBGE

1.21 Os sítios desfavoráveis:

Ao observarmos o mapa dos assentamentos subnormais de Fortaleza, percebemos que a própria dispersão das favelas mostra que em Fortaleza não há uma área que segregue as comunidades, pelo contrário, notamos que elas se encontram agrupadas em maior número em áreas como próximas a praias, ou seja, constituindo além de favelas, por não terem a posse do terreno que ocupam, constituem nessas áreas locais de risco a vida. No entanto, percebemos que mesmo diante de concentrações

[*2] 1960*: Em 1964 é criado o Sistema Financeiro de Habitação – SFH

[*3] 1980*: Fortaleza como a 5ª capital em aumento populacional
Em 1988 é extinto o Banco Nacional de Habitação – BNH

inegáveis de favelas nas praias, áreas que inicialmente não eram valorizadas no processo de evolução urbana de Fortaleza, que tinha a praia apenas como o quintal para suas casas, passaram a valorizá-las e a dividir esse espaço como os mais humildes. Vale ressaltar que esta proximidade entre as classes sociais é um traço peculiar de Fortaleza que ao mesmo tempo em que une, busca ainda esconder o não ordenado dos olhos dos turistas, muitas vezes até por enormes *outdoors*. Fortaleza demonstra por meio do mapa que há vários cenários dentro de uma mesma cidade onde o mais simples mora ao lado do mais rico, estando esse segundo protegido por imensos muros e vigilância eletrônica.

Fortaleza e seus vários cenários urbanos

Podemos notar que, a paisagem de Fortaleza mantém revela e esconde a miséria de grande parte de seus moradores, distribuídos não só na zona oeste da cidade, onde tradicionalmente se localizavam as áreas de menor renda, portanto áreas com maior nível de pobreza, mas também nos interstícios, nos bairros nobres, incrustadas entre condomínios mais ou menos luxuosos. Percebemos que o crescimento urbano, de Fortaleza, as chamadas áreas de pobreza ganham mais e mais diversidade, estando presentes, apesar das grandes intervenções urbanas que, através de décadas buscam extirpar a pobreza das áreas mais nobres, nos bairros onde habitam as camadas mais abastadas da cidade, na zona leste, a exemplo de Meireles, que apresenta um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, ou da Aldeota. Ao longo dos anos, Fortaleza tem preservado a característica do que MATOS (2003) definiu como sendo cidade de *Duas Realidades*: uma rica na Zona Leste e uma miserável na Zona Oeste. Ainda que hoje essa expressão revele a caricatura de nossa cidade, constamos que as duas realidades se interpenetram em diversas áreas, tamanho é o crescimento da pobreza e da desigualdade no município de Fortaleza.

O município de Fortaleza expressa uma das mais sérias realidades de miséria retratadas nas grandes capitais brasileiras. Dados do IBGE evidenciam que, na capital cearense, cerca de 700 mil pessoas vivem em *Aglomerados Subnormais*[*] de acordo com

[*] *Aglomerados Subnormais*: Termo usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para designar um aglomerado de habitações precárias, espacialmente desordenadas, em contraste com o traçado urbano da área, ocupando terreno de propriedade de terceiros, em sua maioria desprovido de condições de infra-estrutura, com número de habitações igual ou superior a 25, valor abaixo do qual será considerado núcleo.

o último censo (Fonte: IBGE, 2001) – o que representa nada menos que *um em cada três fortalezenses vivendo em favelas.*

Como resultado direto do aumento demográfico e desigualdade, dada a inexistência ou insuficiência de políticas públicas que realmente mantenham o homem no campo, Fortaleza apresenta um alto índice de áreas de risco. Seguindo definição do Ministério das Cidades, a Defesa Civil designa área de risco, como área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais e /ou induzidos que causem *efeito adverso*[*1]. A população que habita essas áreas está sujeita a danos, a ameaças à integridade física, perdas materiais e patrimoniais. Em geral, no contexto das cidades brasileiras, essas áreas correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda, ou seja, assentamentos precários amplamente habitados por esses migrantes. (Fonte: Ministério das cidades. *Capacitação em Mapeamento e Gerenciamento de Risco.* Brasília: Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Defesa Civil, 2006),

Em 2003, o Fórum de Áreas de Risco e a Defesa Civil do Estado do Ceará contabilizam um total de 92 áreas de risco em Fortaleza, sendo que este dado entra em confronto com as informações da Comissão de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH, da Arquidiocese de Fortaleza que contabilizou cerca de 112 áreas de risco. O CDPDH inclui na lista de áreas de risco assentamentos próximos a presídios, fábricas que utilizam produtos tóxicos além de prédios condenados e ocupados e não apenas as áreas de margens de rios, mares, dunas e mais recentemente, em 2001, margens de trilhos.

O uso do território de Fortaleza, assim como em muitas outras cidades partiu do centro da cidade, ou seja, do local onde se davam os grandes arranjos comerciais e onde morava a burguesia da cidade. Áreas mais próximas à praia eram descartadas para a moradia e quando algumas casas eram construídas à beira mar, seus quintais é que ficavam na praia, fato esse que demonstrava todo desprezo a orla.

[*1] *Efeito ou ainda Evento Adverso*: Em análise de risco, é a ocorrência que pode ser externa ao sistema, quando envolve fenômenos da natureza, ou interna, quando envolve erro humano ou falha de equipamento, e que causa distúrbio no sistema considerado; um fenômeno causador de um desastre. (CASTRO, Antonio Luiz Coimbra. *Manual de Planejamento em Defesa Civil.* Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Defesa Civil, 1999)

Com o passar dos anos, os ares da orla passaram a ser indicados para uma vida saudável e várias pessoas se deslocaram para lá na esperança de tratarem problemas pulmonares. Isto trouxe uma valorização para a área. Da mesma forma, o crescimento demográfico de Fortaleza demandava novos espaços e a elite já não se contentava com o conturbado centro da cidade.

PEREIRA (2006) ressalta que:

> "Os espaços litorâneos, hoje tão cobiçados para a realização de práticas de lazer e moradia, nem sempre foram valorizados pela maioria da sociedade, principalmente pelas classes mais abastadas. As mudanças no modo de conceberas paisagens litorâneas (CORBIN, 1989) contribuem para a aproximação de outros sujeitos sociais e assim novos usos surgem nestes espaços. Madruga, ao tratar das mudanças sociais atribuídas ao período da Modernidade, argumenta que este período "representa o início da busca de liberdade, fantasia, lazer e prazer que vão modificar radicalmente a forma de ver o litoral". (MADRUGA: 1992, p. 21).

Fortaleza que antes estava de costas para o litoral, aos pouco, reverte seu olhar para as áreas de praia que adquirem então valor simbólico e material passando inclusive a orientar as políticas de desenvolvimento que têm no turismo grande motor, ainda que possam se objeto de questionamento quanto aos efeitos no território e na vida da população.

DANTAS (2004) apud PEREIRA (2006) demonstrou que:

> "Para Dantas (2004), essas reversões na maneira de conceber e "usar" o mar e o marítimo tornam-se verdadeiro fenômeno de sociedade. Para o mesmo autor, a complexidade destes processos é latente à medida que resultam de uma inter-relação de componentes de ordem social, econômica e tecnológica aliados a mudanças no nível simbólico." (PEREIRA: 2006 p. 26)

DANTAS (2004) destaca a produção de formas e a geração de fluxos dirigidos para o litoral são, concomitantemente, causa e efeito da emergência, sobre estas zonas, de novos valores, hábitos e costumes que fazem com que o mar, o território do vazio (CORBIN, 1988) e do medo (DELUMEAU, 1978), se torne atraente para a sociedade contemporânea." (PERON& RIEUCAU, 1996).

Houve uma busca por locais mais afastados e o crescimento urbano e especulativo da capital trouxe o interesse das imobiliárias por bairros como Varjota, Meireles, Aldeota, Papicu entre outros. Esses bairros passaram a atrair a atenção de investidores que trataram de comprar e construir em grandes lotes de terras para a descontente elite cearense que migrou para tais bairros da costa leste da cidade.

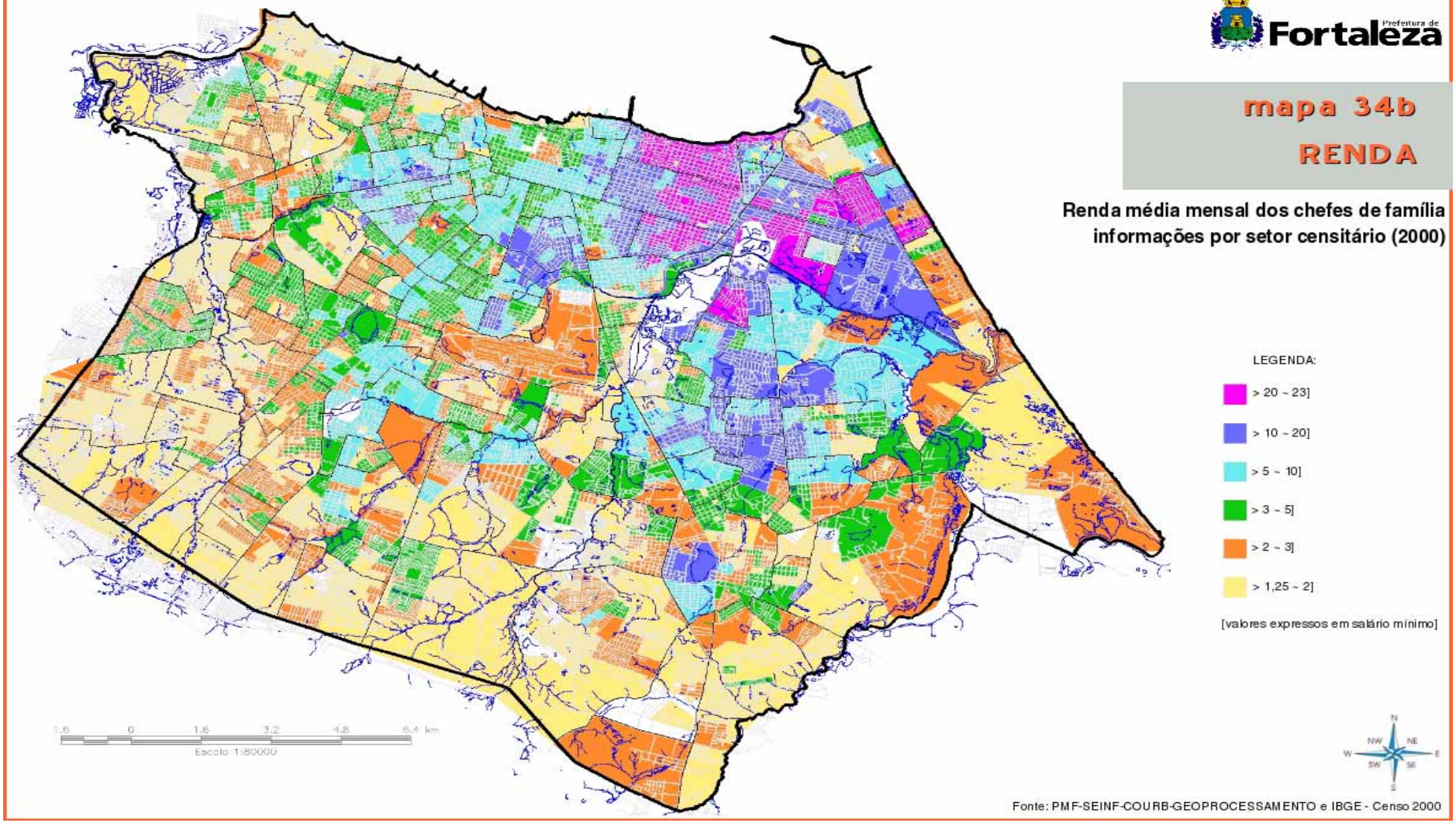
CARLOS (2001) destaca:

> "A mobilidade frenética de capitais pelo setor imobiliário foi uma das responsáveis por essas transformações no espaço. Alguns lugares passaram a se deteriorar, pois perderam seu valor frente aos interesses especulativos e imediatos de lucros em outros espaços. Foi o que aconteceu com os centros das cidades brasileiras. Fortaleza não fugiu a regra". (CARLOS, 2001: 180).

Ao analisarmos o mapa de renda de Fortaleza, podemos notar o lado leste da cidade como uma das áreas com mais alta concentração de renda, no entanto, quando comparamos com o mapa de favelas da cidade, notamos que esta área compõe um forte cenário de desigualdade sócio-econômica, visto que ai se localiza grande parte das favelas de Fortaleza. A capital cearense e sua convivência com as diferentes realidades nos mostram o que ARAÚJO (2003) destaca como sendo uma cidade que se faz diferente das outras metrópoles não pela concentração populacional, nem pelas desigualdades sociais, a pobreza ou a riqueza, as especificidades de Fortaleza não estão nessas informações, mas nos arranjos grupais, em suas relações de poder e como esses segmentos sociais se posicionaram no espaço.

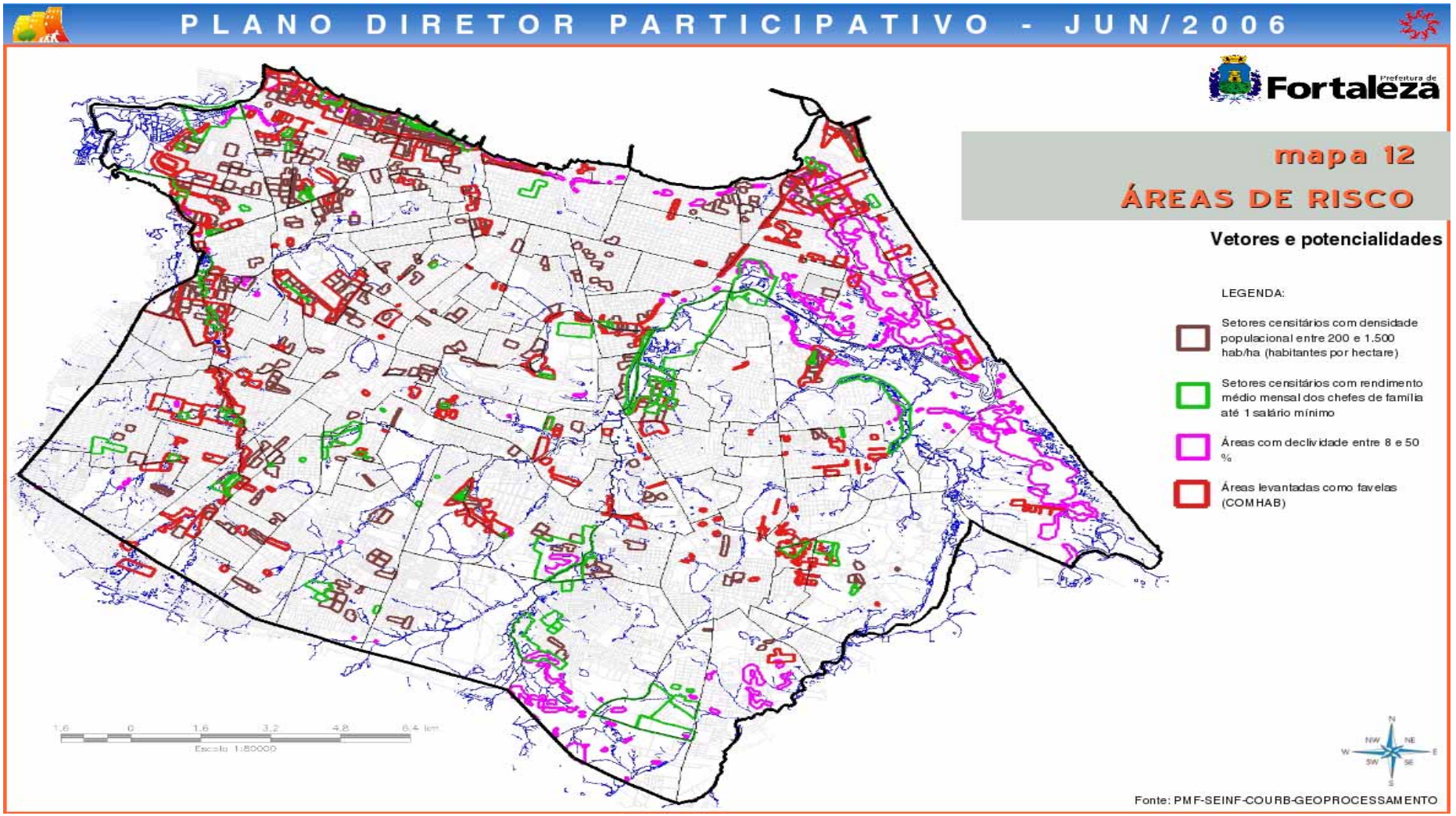
Podemos perceber o lado leste da cidade, hoje detentor das maiores rendas, no passado era tido como área de baixo valor por representar um lado ainda não explorado pelo mercado imobiliário e, portanto, para onde se localizavam membros das classes menos favorecidas. Atualmente, percebemos que estas áreas próximas às praias foram revalorizadas, urbanizadas e inseridas junto ao contexto urbano da cidade, constituindo área de intenso interessa imobiliário, fazendo com que alguns dos antigos moradores se deslocassem para terrenos ainda não explorados ou protegidos por lei, mesmo gerando nestes, áreas de risco.

Segundo Lima (Fonte: *Um terço de favelados.* Jornal O Povo; 2004*)*, dados do censo de 2000 (IBGE), evidenciam que 31% da população da capital cearense, vive em favelas, sendo este um resultado direto da quase ausência de políticas que realmente consigam estabelecer uma melhor igualdade no fornecimento de serviços entre a população que vive nas favelas e os demais moradores da cidade que não habitam áreas de risco.


Prefeitura de Fortaleza
mapa 34b
RENDA
Renda média mensal dos chefes de família
informações por setor censitário (2000)
LEGENDA:
> 20 ~ 23]
> 10 ~ 20]
> 5 ~ 10]
> 3 ~ 5]
> 2 ~ 3]
> 1,25 ~ 2]
[valores expressos em salário mínimo]
1,6 0 1,6 3,2 4,8 6,4 km
Escala 1:80000
N
NW NE
W E
SW SE
S
Fonte: PMF-SEINF-COURB-GEOPROCESSAMENTO e IBGE - Censo 2000

Através do mapa podemos notar Fortaleza como uma cidade onde a população pobre não está concentrada em uma determinada área. Ao contrário, todo o contorno da cidade o que constitui a área periférica, é fortemente marcado pela presença de populações de baixas rendas além da disseminação de ocupações em favelas cada vez mais próximas aos cenários de luxo, fazendo com que riqueza e pobreza coabitem em espaços comuns. Os dados do IBGE (2001) mostram fortaleza com 114 bairros nos quais estão presentes as evidências das disparidades de renda e suas repercussões no nível educacional, reflexo do sistema.

Ao observarmos as rendas mais baixas dos chefes de domicílios, que variam entre R$ 269,63 a R$ 373, 87 (ARAÚJO e CARLEIAL, 2003) é no setor oeste, que se vê a predominância. São bairros antigos e novos que se misturam, nesse traçado, acompanhando o litoral (Arraial Moura Brasil, Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará e Floresta), além de prosseguir no sentido norte-sul (Autran Nunes, Genibau, Granja Portugal, Granja Lisboa, Bom Jardim, Parque São José, Parque Santa Rosa (Apolo XI), Parque Presidente Vargas, Canindezinho e Siqueira). Finalmente, mais para o sul, encontram-se: Barroso e Jangurussu, e Curió. Alguns são bairros periféricos, outros estão nas imediações do litoral; e, nem todos, estão na mesma situação de renda Mas, eles têm em comum o fato de se localizarem nas proximidades de fábricas, como aqueles que fazem limites com o Município de Maracanaú, sede de dois distritos industriais. Nesse caso, também, existem bairros considerados pobres no setor leste, eles se situam no extremo do litoral, no Cais do Porto e Vicente Pinzon, assim como outros que margeiam a área de expansão mais abastada, a sudeste, que são Edson Queiroz e Sabiaguaba.


PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO - JUN/2006
Prefeitura de Fortaleza
mapa 12
ÁREAS DE RISCO
Vetores e potencialidades
LEGENDA:
Setores censitários com densidade populacional entre 200 e 1.500 hab/ha (habitantes por hectare)
Setores censitários com rendimento médio mensal dos chefes de família até 1 salário mínimo
Áreas com declividade entre 8 e 50 %
Áreas levantadas como favelas (COMHAB)
1,6 0 1,6 3,2 4,8 6,4 km
Escala 1:80000
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
Fonte: PMF-SEINF-COURB-GEOPROCESSAMENTO

2. As áreas de risco como uma forma de classificação das favelas de Fortaleza

As áreas de risco ganharam destaque devido à atuação de organizações não governamentais, que intervêm nas comunidades carentes. As Ações de ONG's como o CÁRITAS (caridade, amor), da Arquidiocese de Fortaleza e Centro de Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH entre outros têm incentivado uma maior mobilização das comunidades carentes no sentido de fazer reconhecer suas condições de vida e reivindicações às autoridades locais.

Em 1985, a Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza – PROAFA conduziu uma pesquisa direta, de publicação anual e sistemática que se iniciou com visitas *"in loco"* a todas as áreas faveladas. Nesta ocasião foram elaborados croquis com registros de todas as edificações existentes e preenchidas as fichas de caracterização físico-ambiental de todas as áreas. Vale ressaltar que na época dessa pesquisa, os municípios que compunham a Região Metropolitana de Fortaleza eram Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Pacatuba[*1].

2.1 O que é área de risco?

Definir áreas de risco revela-se tarefa complexa, visto que dependendo do órgão que estiver buscando esta explicação, a mesma pode vir a ser mais ou menos abrangente. Logo, percebemos que a própria definição de áreas de risco é perpassada por contradições e objeto de interesses e disputas políticas. Contudo, a maioria dos órgãos governamentais, concorda que são áreas expostas a desastres naturais, como desabamentos e/ou inundações, encostas de morros ou situadas às margens de recursos hídricos. O contexto brasileiro e a realidade desigual de renda dos moradores dos grandes centros urbanos também confirmam que, nos últimos dez anos, a ocupação destas áreas impróprias à construção de casas ou instalações de modo geral, só veio a

[*1] A RMF foi ampliada por via da Lei 12.989 de 29 de Dezembro de 1999, sendo composta doravante pelos seguintes municípios: Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Maracanaú, Pacatuba, Horizonte, Itaitinga, Pacajus, Chorozinho, Euzébio, Guaiúba e São Gonçalo do Amarante.

aumentar proporcionando uma ocupação e um aumento de locais de risco a prejuízos materiais e/ou a perda de vidas, muitas vezes eminente.

Em seu artigo intitulado "Mapeamento de áreas de risco" [*1], ORTEGA (S. A, p. 1) demonstra que "as causas artificiais geradas pela ocupação desordenada do solo, pela pobreza social, pela deseducação e pelos muitos efeitos colaterais do chamado progresso" justificam a crescente presença dessas áreas em nossas cidades. Dentre os efeitos colaterais, o autor destaca os "desmatamentos, retirada e uso intensivo de materiais minerais, mudanças de cursos d'água, ocupação de várzeas e encostas, queimadas, produção e deposição inadequada de lixo, poluição atmosférica, aplicação de agrotóxicos e exposição de artefatos nucleares". Estes efeitos situam-se dentre as principais intervenções humanas sobre o planeta (ORTEGA, S. A, p. 1).

Uma das principais formas de fazer face aos problemas gerados pelos desastres naturais nas áreas de risco são as chamadas medidas estruturais, ou seja, medidas que necessitariam da execução de obras complexas e de alta tecnologia, que são, em maior parte, inviabilizadas pelo seu alto custo, necessitando de financiamentos e/ou ajuda na confecção de projetos que venham a minimizar ou mesmo sanar as conseqüências sociais e econômicas das ocupações em áreas de risco. Apesar de seu alto custo, temos em Fortaleza projetos de intervenção em áreas de risco, a exemplo do projeto que prevê a remoção da Favela Maravilha [*2], que conta com financiamentos do Banco Mundial através do projeto HABITAR BIRD. Organismos do sistema ONU além de outros de ajuda internacional têm participado destes projetos (Notamos que em Fortaleza o CDPDH realizou intervenção às margens do Rio Maranguapinho, com apoio da cooperação francesa e da Misereor, agência de financiamento alemã).

2.2 Os debates acerca das áreas de risco em Fortaleza

As principais discussões acerca das áreas de risco em Fortaleza foram são alvos de profundas discordâncias até hoje. Entre os anos de 1990 a 2004, foram entre outras a Prefeitura de Fortaleza, Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS além da Defesa

[*1] "Mapeamento de áreas de risco" foi um estudo acerca das áreas de risco de São Paulo publicado por Ricardo Ortega, UNICAMP.
[*2] (Ainda em fase de possível execução até 2006 devido a discussões sobre o preço do novo terreno para onde estas famílias seriam removidas)

Civil (onde esta defende as definições, entre outros autores de Margareth Mascarenhas Alheiros [*3]) responsáveis pelas seguintes definições: "áreas expostas a constantes alagamentos, inundações, soterramentos e deslizamentos. Elas são também delimitadas de acordo com a análise dos relatórios de invernos mais rigorosos, como o de 1985, por exemplo". (Entrevista ao Diário do Nordeste do então Secretário do SETAS, AZIM, 2000).

Quanto às organizações não governamentais e demais entidades envolvidas com a problemática das áreas de risco, temos a CÁRITAS Arquidiocesana de Fortaleza, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH e a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, dentre outros.

Por meio das análises realizadas sobre as áreas de risco sob a ótica da Defesa Civil, podemos perceber que a entidade responsável oficial pela classificação das áreas de risco, a quem cabe estabelecer os critérios para se definir uma área como sendo de risco ou não, entra em contradição com seu próprio Manual Nacional de Defesa Civil que engloba nas áreas de risco, zonas sujeitas a desastres devido ao risco tecnológico ao qual estão expostas, como é o caso das Favelas do Boba e Maravilha, pelas quais passam trens transportando cargas que variam desde açúcar, cimento, álcool a gasolina e derivados, ou seja, incluindo combustíveis, materiais potenciais causadores de incêndios, quer seja por transporte inadequado ou mesmo em casos de acidentes. Segundo a Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, empresa responsável pelo transporte das cargas, os perigos são mínimos, visto que os trens passam em horários de pouco fluxo, entre as 6 horas da manhã ou 00 hora, evitando assim maiores transtornos para a população. A CFN destaca ainda que estes turnos se alternam durante a semana, não permitindo que coincidam com horários de maior circulação de populares. Vale destacarmos que o treinamento dos maquinistas para casos de emergências poderia atenuar os riscos; estes poderiam melhor agir em caso de necessidade nas primeiras providências em caso de acidentes.

HOERNING (2005) destaca a importância da Igreja Católica na capital cearense, fortalecendo as ações da sociedade civil de modo a incentivar a organização

[*3] Professora da Universidade Federal de Pernambuco estudiosa de áreas de risco e cujas pesquisas servem de apoio à confecção do Manual Nacional de Defesa Civil.

de Pastorais Sociais e das Comunidades Eclesiais de Base - CEB, contribuindo para tornar mais consistente as lutas e as argumentações dos movimentos populares. Na Arquidiocese de Fortaleza existem várias organizações que tratam da habitação, são elas: CARITAS, Pastoral do Solo Urbano, a Pastoral do Povo da Rua além do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH, fundado em 1982, pelo então bispo de Fortaleza, Dom Aluísio Lorscheider, atuando prioritariamente nas questões de moradia com ênfase nas áreas de risco. HOERNING (2005) ressalta ainda o papel do CDPDH apoiando projetos habitacionais e contribuindo para a capacitação de lideranças comunitárias com o apoio de fundações internacionais como Cordaid, MISEREOR e B. Delen. O CDPDH capta recursos junto á cooperação internacional para a realização de programas habitacionais, tais como mutirões em autogestão[*4].

O agravamento da situação habitacional em Fortaleza fez crescer a necessidade de discutir planejamento urbano. Assim, nos anos de 1970, passou-se a discutir o planejamento e a Lei Orgânica da cidade. Surgiram, então, várias entidades dispostas a reivindicar os sociais nos mais diversos âmbitos. O primeiro movimento designado "Interbairros" teve papel importante nos anos 1980. Os conselhos de bairros, clubes de mães, de jovens e de ligas esportivas também tomaram parte das discussões e mobilizações em torno da questão da moradia popular. Para defender as reivindicações e necessidades dos bairros de uma forma mais institucionalizada, nasceu, em 1982, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF. Atualmente, esta organização popular reúne cerca de 438 entidades com atuação nas áreas habitacional, educação infantil, cultura, direito dos consumidores e saúde. O papel da FBFF é a de entidade aglutinadora de forças populares, não tendo o papel executivo, mas sim promovendo a discussão e a articulação entre elas e as autoridades locais (HOERNING, 2005).

Podemos citar como um claro exemplo da luta do CDPDH em apoio às comunidades carentes medidas como as tomadas na década de 80 junto à câmara de vereadores para conseguir adesão quanto à situação das comunidades em área de risco

[*4] Mutirões em autogestão: Têm se mostrado como solução para grande parcela da população que demanda habitação. Eles não só resolvem o problema da moradia com custos menos elevados, mas também cria, por meio da construção comunitária, uma rede social estável, ao contrário dos conjuntos habitacionais implantados por programas governamentais. A revenda de apartamentos nestes apresenta uma porcentagem consideravelmente alta, enquanto no mutirão em autogestão ela se encontra em torno de 5% em média. (HOERNING, 2005).

ou mesmo suas campanhas públicas a fim de promover uma chamada de atenção aos seus problemas dos moradores das áreas de risco, por meio de palestras e etc.

2.3 O que Significa a Correlação Favela - Área de risco?

A observação das condições reais?

As discussões acerca do que seriam áreas de risco tem sido alvo de sucessivos debates entre ONG's, Prefeituras dos municípios e moradores das áreas afetadas. Podemos perceber que somente as áreas que são mapeadas pela Defesa Civil e, portanto são reconhecidas pela Prefeitura de Fortaleza é que recebe algum tipo de melhoria, transferência ou mesmo a tão desejada urbanização, onde há todo um processo realizado por meio de estudos técnicos a fim de reconhecer os reais riscos da ocupação em questão e, quando é possível, sanados estes empecilhos ocorre à legalização da posse dos terrenos. No entanto, quando este fato ocorre em terras da União, como é o caso das favelas às margens de trilhos a questão segue por outros caminhos. Como não se encontram em áreas onde possa haver edificações, ou seja, áreas de interesse do mercado imobiliário, tais áreas são esquecidas como o passar dos anos e as condições de vida da população ficam a mercê de ONG's ou mesmo do apoio de entidades ligadas às paróquias próximas, visto que se não é do interesse político urbanizar, para que modificar a paisagem ou mesmo gastar somas vultosas de dinheiro público com calçamentos, arruamentos, ligações de água encanada, saneamento básico e energia elétrica? É muito mais cômodo revitalizar, urbanizar e até mesmo desapropriar famílias que se encontram em áreas em ascensão ou que dêem acesso às ditas áreas em valorização da cidade, processo este muito comum em Fortaleza, cidade turística, famosa por suas belas praias e por seu grande potencial turístico. No entanto, podemos perceber que dependendo do interesse que cerca as localidades habitadas por populações de baixa renda, estas podem ser classificadas como áreas de risco e é requerida a retirada das famílias, como era a vontade do Governo em 1963, quando tentou retirar os moradores do Pirambu, ocupação que mobilizou os Fortalezenses diante do interesse dos mais humildes que habitavam a área em uma gigantesca passeata a fim de evitar a retirada das populações que ocupavam a área e assim ter mais apóio

para a legalização dos terrenos e buscar a urbanização e conseqüente posse da área. A passeata ganhou as ruas de Fortaleza fazendo com que a população e os políticos fossem "intimados" pela opinião pública a tomar providências que viessem a beneficiar e não a desapropriar a enorme quantidade de moradores que ocupavam o Pirambu, hoje reconhecido como bairro, mas que até então sofre com o estigma de favela.

Com as favelas às margens de trilhos ocorre um fato no mínimo intrigante, visto que as mesmas ocupam áreas da União, o que não compõem o interesse imobiliário, dando aos seus moradores a tranqüilidade necessária que vem sendo a responsável por décadas de manutenção e algumas melhorias estruturais, em sua maioria ganhas pela organização de seus moradores e de entidades não governamentais, que assistem estas populações que devido a pouca instrução pouco ou quase nada sabem argumentar em torno de suas próprias necessidades. A Defesa Civil, no entanto traz em seu manual nacional a necessidade de se mapear e classificar como áreas de risco locais onde haja risco de explosões ou incêndios causados por produtos inflamáveis como álcool, gasolina e derivados em locais como corredores de vias férreas, por exemplo. É bem verdade que a Defesa Civil tem planos de classificar e mapear tais áreas, porém as próprias condições de trabalho, mão-de-obra especializada e recursos destinados para tanto vão deixando estas medidas cada vez mais para planos futuros. Basta nos questionarmos a respeito da classificação de uma área como de risco sendo esta uma área que não tem histórico de acidentes com trens, no máximo com veículos nas próprias vias onde o trem cruza as avenidas da cidade, no entanto, a baixa velocidade aliada aos horários de pouco fluxo de pessoas e automóveis faz com que incidentes como este se tornem cada vez mais remotos na história de Fortaleza e seus trens de cargas da via Parangaba - Mucuripe. Isto tudo nos remete mais uma vez a questão primordial: serão as áreas de trilhos realmente áreas de risco as comunidades de sua margem? Não estarão estas comunidades mais que adaptadas aos horários e mesmo que inconscientemente já tendo traçadas em suas mentes os horários mais seguros para si e para suas crianças trafegarem pela própria linha dos trens? Não necessitarão estas áreas de um pouco mais de incentivo ou porque não dizer de interesse para outras questões mais urgentes como serviços estruturais para a população já tão adaptada a vida nos trilhos e carente de serviços básicos para um desenvolvimento saudável para adultos e crianças que compõem sua população?

Uma nova forma de expressar o estigma?

Os problemas gerados por si viver numa favela podem ser indicados como a ausência de saneamento básico, falta de energia elétrica, a não posse legal do terreno habitado e a constante possibilidade de ser retirado da área devido a intervenções do Governo, tornando a vida dos moradores uma difícil tarefa a ser realizada todos os dias. Isso sem falarmos dos problemas ambientais que assolam as chamadas áreas de risco, normalmente tidas como risco para a população, pois ocupam margens de rios, dunas ou outros tipos de terrenos impróprios para a habitação. No entanto, além de todos estes problemas, temos ainda o preconceito que os moradores de favelas são vítimas por parte do restante da população, isso sem contarmos a já tradicional e histórica desculpa para a erradicação de favelas devido à ausência ou precariedade das condições sanitárias. A idéia proposta pelos sanitaristas já na época da vacinação nos morros do Rio de Janeiro já trazia as idéias de higienização, ou seja, da "limpeza" dos morros cariocas a fim de conter ou erradicar doenças que pudessem afetar toda a população da cidade. Vale ressaltar que esta "limpeza" histórica presente na história brasileira, mais fortemente na capital carioca demonstra não apenas a questão da higienização proposta pelos preceitos sanitaristas propriamente ditos, mas demonstravam ainda o desejo de muitas autoridades e outros membros da sociedade em realizar retirada dos morros dos elementos tidos como suspeitos, ou seja, a toda a classe pobre e marginalizada, que desde o início do século passado já sofria processos discriminatórios. Assim, ZALUAR e ALVITO (1998) - apud ZYLBERBERG, 1992: 33 - destacam que "... já no início deste século os morros da cidade eram vistos pela polícia e alguns setores da população como locais perigosos e refúgio de criminosos".

Todo este amplo processo de discriminação presente no início do século passado ainda se faz presente no século XXI, visto que as condições profissionais desta população que vive nas favelas brasileiras ainda sofrem com o estigma de marginais sendo rejeitados na hora de uma contratação profissional por apresentarem um endereço numa área de favela.

MARICATO (1996) destaca que:

> "{...} a exclusão não se refere apenas ao território, seus moradores são objeto de preconceito e rejeição. Eles têm mais dificuldade de encontrar emprego devido à falta de um endereço formal. Idem quando fazem uma compra a prazo. Em geral eles são mais pobres, o número de negros e de mãe solteiras é maior do que a média da cidade. O número de moradores por cômodo também é maior, revelando que é mais alto o congestionamento habitacional. Enfim "a

> exclusão é um todo": territorial, ambiental, econômica, racial, cultural, etc. O solo ilegal parece constituir a base para uma vida ilegal e esquecida pelos direitos e benefícios urbanos. É ali, também que os moradores estão sujeitos à violência, que é medida em número de homicídios." (MARICATO, 1996:2)

As próprias oportunidades de um emprego formal também se tornam escassas devido ao grupo social ao qual estão inseridos os moradores de favelas, ou seja, num mundo quase sempre excluído das chances de uma melhoria de vida.

ROLNIK (2006) assim destaca que:

> "... Em uma cidade dividida entre as porções legais, ricas e com infra-estrutura, e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam no meio daqueles que vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena." (ROLNICK, 2006:2).

Uma forma de estabelecer políticas e prioridades?

As favelas constituem um dos maiores focos de resistência dos mais humildes nos grandes centros urbanos e, embora destaque KOWARICK (1979) que "a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública", ela deve ser encarada como um desafio para os gestores destas cidades, visto que são compostas por cidadãos e como tanto merecem o mesmo respeito que\os demais moradores da cidade. No entanto, a realidade é bem outra, e se nos voltarmos para a grande maioria dos centros urbanos, como Fortaleza, onde cerca de 31% da população urbana vivia em favelas (Fonte: LAHAB, 1999), o quadro é ainda mais alarmante.

Vale ressaltar, no entanto, que investir nas favelas significa uma ação de alto risco, visto que os recursos dos moradores são limitados e o retorno desse investimento proposto pela legalização é quase sempre incerto.

ROLNICK (2006) destaca que:

> "... trata-se de um desafio que requer a mobilização de quantidades consideráveis de recursos para investimentos dirigidos à melhoria de qualidade do habitat de uma população com baixíssima capacidade de retorno. (...) o desafio está longe

> de resumir-se a uma equação financeira: a máquina de exclusão territorial tem, como vimos, enorme correlação com a concentração de renda e poder em nossa sociedade..." (ROLNICK, 2006:3).

Podemos perceber que desde a Constituição de 1988, foi dada uma maior autonomia de decisões quanto às competências na área do desenvolvimento urbano foi definida como comum à União, estados e municípios (ROLNICK, 2006:3). Desta forma, temos uma tomada de decisões acerca do desenho urbano, na maioria das vezes, levando em consideração obras que dêem um retorno em termos de lucros cada vez mais rápido as suas cidades, deste modo, ações junto a comunidades localizadas em áreas ilegais vão caindo no esquecimento das agendas públicas em detrimento a obras de embelezamento e que tragam cada vez mais turistas que deixem cada vez mais lucros, empregos e visibilidade nacional ou até mesmo internacional. O jogo de egos acaba por fazer muitos gestores optarem por esconder as realidades de suas cidades, a realidade "feia", capaz de diminuir aos olhos de outros administradores, empresários, futuros investidores ou mesmo diante de outros políticos, sua capacidade como "bons" gestores, assim, alterações de grande possibilidade de prejuízo vão ficando para depois, para a administração seguinte, quem sabe.

As áreas de risco em Fortaleza: a falta de um consenso.

Percebemos que há diferença entre o número de áreas de risco recenseadas pela Defesa Civil, responsável pelas informações repassadas à Prefeitura de Fortaleza, baseado em uma definição mais restrita e o quantum relacionado pelo CDPDH vem sendo evidenciada ao longo dos anos, ganhando relevo nos momentos mais cruciais como nas quadras invernosas. Seguindo as definições de área de risco do CDPDH e FBFF além das zonas alagamentos, inundações, soterramentos e deslizamentos, são acrescentadas as regiões próximas às linhas de trem, aos lixões, prédios condenados como a favela vertical, áreas próximas a presídios ou ainda próximas a indústrias com produtos químicos perigosos. (Fonte: Diário do Nordeste, Cidade, 2000). Assim:

> "... a Defesa Civil contabiliza 47 áreas de risco em Fortaleza. Entidades como a FBFF, Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza apontam um total de 67 áreas.

> A diferença está nos critérios adotados para definir o que é área de risco." (Diário do Nordeste, CIDADE, 2000).

Este desacordo com relação às informações acerca das áreas de risco também se estende para o número de favelas registradas pelo CDPDH, que, em 1997 contabilizava 613 favelas, sendo 67 aglomerados de 400 a 600 famílias em áreas de risco. A secretaria do Trabalho e Ação Social contabilizava, na mesma época, apenas 434 favelas com população entre 653 a 670 favelas.

O aumento da ocupação de locais impróprios à moradia, constituindo as áreas de risco em Fortaleza, pode ser explicado no fenômeno classificado por CARTAXO (então presidente do IAB, durante entrevista ao Jornal Diário do Nordeste, 1999) como "um intenso processo de urbanização refletindo diretamente na questão da moradia". Um dos principais agravantes para o constante aumento das Populações em áreas de risco de Fortaleza são as condições do homem do campo, condições estas que não o incentivam a permanecer e a lutar por melhorias e modos dignos de vida frente à carência de terras e ao flagelo das secas. Pelo contrário, a cidade mesmo com todos os seus infortúnios, desemprego, más condições de moradia (às vezes em um barraco à beira de um recurso hídrico, duna, sob viadutos, margem de um trilho ou até mesmo um prédio abandonado cuja estrutura comprometida pode levar a um desabamento a qualquer momento). Mesmo assim, esses locais completamente impróprios para a moradia se tornam o lar de diversas pessoas que ainda mantêm a esperança da cidade grande, onde a oferta de emprego é, teoricamente, maior, bem como as oportunidades de acesso à escola e à assistência médico-hospitalar.

OLIVEIRA (2000), em artigo no Jornal Diário do Nordeste, evidencia que cerca de 75% das pessoas instaladas nas áreas de risco de Fortaleza são originárias do interior do Ceará ou de estados vizinhos. Fortaleza recebe diariamente cerca de 46 famílias provenientes das mais diversas regiões (Fonte: CDPDH, 1999). No entanto, "a cidade não está preparada para proporcionar ao indivíduo saúde, educação, moradia, emprego, lazer nem transporte" segundo CARTAXO (1999).

ACCIOLY (2000), então presidente do CDPDH, demonstrou a existência de duas "Fortalezas" dentro de um mesmo município. Assim teríamos uma que seria o reflexo da prosperidade, com belas praias, aeroporto internacional, vasto centro cultural,

linha de metrô em construção, Pecém (cidade litorânea próxima a Fortaleza) e seu pólo petroquímico e porto, ou seja, Fortaleza seria a própria "terra prometida do próximo milênio onde corre leite e mel" (ACCIOLY, 2000). Por outro lado, haveria outra realidade, com cerca de 49% da população total da cidade vivendo abaixo da linha da pobreza (Fonte: CDPDH, 2000), em 614 favelas e 67 áreas de risco espalhadas pela cidade. ACCIOLY (2000) conclui, no entanto, que:

> "Uma população não é desorganizada por livre escolha ou porque todo pobre é naturalmente desorganizado, mas devido a sua inserção subalterna nos meios de produção. Despossuída de bens materiais e 'excluída' do trabalho ela apenas 'subvive'. Portanto, não pode ser responsabilizada pelo fato de levantar seus barracos em áreas de risco." (ACCIOLY, 2000).

Sua declaração encontra apoio nas declarações da então presidente da FBFF, Eliana Gomes, quando esta firma que:

> "... ninguém ocupa uma área ruim de sua cidade por puro prazer. O que leva milhares de pessoas para casas em locais perigosos é a necessidade. E todo mundo sabe que se houvesse vontade política não haveria mais áreas de risco em cidade alguma, seja em São Paulo, Rio de Janeiro ou em outro estado rico ou pobre do Brasil". (GOMES, 2000).

A Secretaria Nacional de Defesa Civil tem papel de possibilitar ações preventivas de modo a minimizar os riscos e danos nas áreas de risco. Declarações da Defesa Civil, publicadas no 'site' oficial, demonstram claramente sua principal atuação:

> "O ditado popular 'é melhor prevenir que remediar' vale também, e principalmente, para a segurança... as ações mais importantes são preventivas antes do desastre, no período de normalidade. É também na normalidade, que a comunidade deve preparar-se para enfrentar a ocorrência do desastre, pois se as pessoas estiverem preparadas sofrerão muito menos danos e prejuízos". (SITE Nacional da Defesa Civil).

Quando ocorre um desastre a Defesa Civil, um dos principais e primeiros a chegar, nas áreas de risco toma as seguintes providências:

> "Uma vez delimitadas as áreas de risco, A Defesa Civil repassa às Secretarias Regionais das Prefeituras e a Secretaria de Infra – Estrutura – SEINFRA faz todo um trabalho de remoção das famílias que é feito preferencialmente para casas de parentes e amigos, através da SEINFRA. Não tendo uma opção, são deslocadas para prédios

> públicos ou ainda para barracas armadas em terrenos cadastrados pela Defesa Civil". (Diário do Nordeste, 2000).

A Defesa Civil sugere a criação de áreas de lazer como campos de futebol após a remoção das populações de áreas de risco para outros locais. Quando isso ocorre, comumente, outras comunidades carentes tendem a ocupar a área recém desocupada. Assim, para evitar essas novas ocupações que, possivelmente, virão a gerar prejuízos a estas comunidades ou mesmo danos à vida das mesmas, os campos de futebol seriam uma boa opção para se prevenir mais desastres, minimizando os efeitos gerados pela ocupação das de risco.

Segundo o Manual Nacional de Defesa Civil, as favelas às margens de trilhos devem ser classificadas como áreas de risco, de acordo com os próprios parâmetros de classificação da Defesa Civil, estas áreas dos trilhos constituiriam locais sujeitos a desastres humanos de natureza tecnológica. Segundo o Manual:

> "Os desastres humanos de natureza tecnológica são conseqüências indesejáveis do desenvolvimento tecnológico e industrial, sem maiores preocupações com a segurança contra desastres. Também se relaciona com o intenso incremento demográfico das cidades, sem o correspondente desenvolvimento de uma infra – estrutura de serviços básicos compatíveis." (Manual Nacional da Defesa Civil, Classificação dos Desastres Humanos ou Antropogênicos, Título I.).

Dentre os critérios de classificação dos desastres humanos de natureza tecnológica, as favelas às margens de trilhos, por onde passam os trens de cargas, representam risco em caso de desastres de natureza tecnológica relacionados como incêndios causados pelo transporte de produtos perigosos (como álcool e gasolina transportado em Fortaleza), configurando desastre relacionado com o meio de transporte, no caso o trem. Quando o desastre resulta de um meio de transporte, estas áreas ao serem mapeadas e delimitadas entram pelo critério de área de risco por ser um corredor de transporte ou por estar nas proximidades dos seus terminais, o que seria um risco para a sociedade. Os desastres de natureza tecnológica, relacionados com incêndios são de grande potencial destrutivo, que exigem meios e táticas altamente complexos para controlá-los. Estão relacionados com combustíveis, óleos e lubrificantes, meios de transporte, terminais de transporte, instalações industriais e edificações com grandes densidades de usuários.

No entanto, apesar do pouco risco, já que nenhum acidente foi detectado no percurso dos Bairros da Parangaba ao Mucuripe, por onde passam os trens de carga, a Defesa civil de Fortaleza pretende incorporá–las como áreas de risco juntamente com outros locais, como áreas próximas às linhas de transmissão de energia, gasodutos, oleodutos e áreas próximas ao pouso de aeroportos, os planos da defesa civil eram os de delimitar e mapear estas áreas no segundo semestre de 2006.

O Papel da Defesa Civil

O período em que há uma maior atuação da Defesa Civil em Fortaleza refere-se à quadra invernosa. Fora este período, tido como período de normalidade, o órgão busca realizar um trabalho de monitoramento e acompanhamento das áreas de risco, verificando os possíveis riscos, fazendo encaminhamento além de ações preventivas; programas de educação ambiental são utilizados nas comunidades que se localizam em áreas de risco, por meio de equipes de conscientização da problemática do lixo em locais impróprios entre outros.

A partir de 2002 a Defesa Civil de Fortaleza fez um levantamento das áreas de risco, contabilizando o número de famílias, crianças, adultos e a situação de moradia das famílias. Segundo este banco de dados Fortaleza contava, na época, com 92 áreas de risco com 17.078 famílias. Este número entra em confronto com números que demonstram que Fortaleza possuía, em 2002, mais de 100 áreas de risco (Fonte: CDPDH).

A própria noção de risco no município de Fortaleza entra em confronto, visto que a base teórica utilizada pelos manuais da Defesa Civil mostra claramente que *Zonas de Risco Tecnológico* isto é, zonas onde haja transporte de combustíveis e, portanto, eminente perigo de incêndio é colocado como área de risco. No entanto, favelas Às margens de trilhos de Fortaleza, como é o caso das Comunidades do Boba e Maravilha, por onde passam os trens de carga da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN (Empresa que detém a concessão de uso dos ramais desde a privatização de 1992), com combustíveis como álcool e gasolina, logo combustíveis passíveis de explosões e/ ou incêndios não foram incorporadas até o presente momento como áreas de risco.

A Defesa Civil conta com o Núcleo de Defesa Civil Comunitário - NUDEC, criado com o objetivo de mobilizar a sociedade civil e que tem como uma de suas

funções básicas “estar atento às condições de vulnerabilidade na qual a comunidade está inserida”. Em entrevista feita com técnicos da Defesa Civil em julho de 2006, percebemos que a área das favelas em trilhos ainda não estava inserida na categoria de risco, embora dentro dos próprios quesitos impostos pela Defesa Civil já deveria estar enquadrada.

2.4 Soluções possíveis para as favelas

Soluções possíveis para as favelas: urbanização ou erradicação?

- Urbanização ou erradicação

Estudos realizados pela Organização das Nações Unidas mostram que o Brasil tem hoje cerca de 35 milhões de pessoas morando em áreas subnormais, onde não há oferta de serviços como água, esgoto ou energia elétrica, com o agravante, muitas vezes, de se tratarem de moradias inadequadas, como barracos e palafitas à beira de rios ou morros. Tendo previsões cada vez mais pessimistas, o futuro dos centros urbanos tem feito parte das discussões e das agendas dos gestores.

BLANCO (S. A) destaca que:

> “Políticas referentes à habitação de interesse social no Brasil e especialmente aquelas que se referem às habitações subnormais, foram altamente centralizadas a nível federal até 1968. A política desenvolvida pelo sistema pelo Sistema Financeiro de Habitação – SFH e pelo Banco Nacional de Habitação – BNH por mais de vinte anos, erros muitos erros”. (BLANCO, S A).

BLANCO (S A) destaca que a erradicação, ou seja, o processo que consta da remoção dos casebres ou barracos da área afetada, de modo a eximir de vez a favela. Extinguir as precárias formas de habitação, não tem sido a melhor resposta para o fim do déficit habitacional. A história mostra que as políticas de erradicação de favelas foi uma prática comum dos governos brasileiros desde o inicio desse século. Contudo a erradicação, apesar de uma prática constante, não resolveu e nem impediu o crescimento das favelas. Percebemos que cidades como Recife e Belém têm mais de 50% de sua população morando em núcleos subnormais (IBGE, 1991).

A urbanização de favelas, conforme BLANCO (S. A) é um processo caro aos cofres públicos, até porque urbanizar significa água, esgoto, asfalto, melhorias, remoções, realojamentos, consolidações, novas unidades habitacionais, regularização fundiária (processo jurídico) e etc. Ao se utilizar o processo de urbanização faz-se necessário trabalhar com o projeto de desenho urbano, ou seja, os projetos de infra-estrutura, sistema viário, implantação (topografia) e equipamentos sociais.

A urbanização pode ocorrer de duas formas: mantendo as moradias, somente consolidando as existentes ou removendo os barracos e construindo novas moradias em outras áreas ou em áreas próximas. As experiências de urbanização no Brasil são destacadas com sucesso nos municípios de São Paulo (1989-1992), Rio de Janeiro (1993) e Fortaleza (1993-1996)[*1].

Os exemplos citados quanto à urbanização total de favelas usaram recursos próprios, no entanto, contaram com a ajuda financeira externa, seja do governo federal (Projeto Habitar Brasil) ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Um bom exemplo de obtenção de recursos foi a criação do Fundo de Incentivo à Habitação Popular – FINCOHAP, utilizado em Santos, município de São Paulo.

Importante ponto a ser esclarecido no tocante a urbanização de favelas é a questão da propriedade dos terrenos onde se encontrem as favelas. Quando o terreno é da prefeitura não há problema, no entanto, quando o terreno é do Estado ou mesmo de terceiros, faz-se necessário à abertura de processo de desapropriação, aforamento ou compra.

- A erradicação de favelas em Fortaleza: o caso da Lagoa do Opaia

Em 2005, 715 famílias, que antes viviam em barracos em áreas de risco (alagamentos), nas proximidades da Lagoa do Opaia, foram removidas da área e reassentadas num conjunto de prédios no bairro do Vila União (Residencial Planalto Universo).

Os barracos foram substituídos por casas de alvenaria. O esgoto que era a céu aberto, agora é tratado, para a satisfação de moradores. O apartamento de três quartos, sala, cozinha e banheiro surge como a moradia dos sonhos para pessoas como D. Catarina da Silva Leão, que antes morava num barraco de três cômodos feito de tábuas. Pra tanto, o governo utilizou uma verba de R$ 13, 5 milhões no projeto. Tais recursos foram usados

[*1] A experiência de Fortaleza foi escolhida como uma das melhores do mundo na Conferência Habitat organizada pela ONU e realizada em Istambul em Junho de 1996.

nas obras de pavimentação, drenagem, ligações domiciliares de água e luz, construção de casas, de uma creche e de um centro comunitário.

Hoje a Lagoa do Opaia passa por ações de revitalização ambiental e a comunidade recebe orientação e participa de oficinas para a geração de emprego, renda e educação sanitária.

- O caso da Favela da Maravilha

Dentre as mais antigas favelas de trilhos de Fortaleza, destaca-se a Comunidade da Maravilha, representando mais uma comunidade a constar nos índices de projetos de urbanização do município cearense. A prefeitura de Fortaleza, por intermédio da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR, tem trabalhado na elaboração dos projetos de urbanização e construção de casas e outros serviços para a comunidade, cuja própria localização já é bastante contraditória. Dependendo do órgão a ser pesquisado, a Maravilha se encontra em bairros como Tauape, Aeroporto ou Aerolândia.

O financiamento para o projeto vem sendo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e administração municipal. Para tanto será disponibilizado um montante de R$ 15 milhões de reais para a construção de casas destinadas às famílias de baixa renda, uma creche, um galpão de geração de empregos além da urbanização de toda a extensão do Canal do Tauape (área de risco por alagamento).

Os contratos para a construção do projeto têm demorado, pois foram firmados na gestão do ex-prefeito Juraci Magalhães e hoje se encontram com a prefeita Luiziane Lins. Outro fator que vem criando dificuldades é a desapropriação do terreno para onde serão transferidos os moradores, já que o preço proposto pela prefeitura não agrada aos proprietários do terreno. Enquanto isso as chuvas se aproximam e crescem as preocupações dos moradores da Maravilha que já conhecem os efeitos das inundações e alagamentos.

- O caso da comunidade do Castelo Encantado

A urbanização por meio de remoção realizada na Comunidade do Castelo Encantado teve como órgão responsável o Programa Pró-moradia / urbanização de Áreas Degradadas - COHABE CE. Tal processo de remoção foi estudado por BUENO (1999) na pesquisa “Parâmetros para a urbanização de favelas” [2]. O estudo que levou os

resultados que aqui serão mencionados teve como alvo soluções técnicas e arranjos institucionais para servir de parâmetros referencias para a ampliação da ação da urbanização de favelas. A pesquisa utilizou parâmetros como *replicabilidade*, ou seja, possibilidade concreta de construção de solução específica para as favelas e que possam ser aplicadas em outros núcleos; No entanto, pouco se pode levar de uma realidade para outra, visto que as comunidades têm realidades muito específicas. Outro aspecto foi *adequabilidade*, ou seja, a característica das tecnologias que serão utilizadas nas favelas e por fim temos a *sustentabilidade*, isto é, a conservação e constante sustentação das condições (físicas, sociais e políticas) que possibilitam que a urbanização seja realizada.

No caso da Favela do Castelo Encantado podem-se observar os seguintes resultados:

Quanto à replicabilidade tivermos uma boa integração dos agentes de execução e continuidade da obra além de integração urbanística parcial que compromete relação da área à praia / pesca / mercado.

Quanto à adequabilidade temos que os removidos do local forma locados em área próxima e não houve invasões na área desocupada.

Por fim, quanto à sustentabilidade percebemos que foram altos os custos para a remoção, que a ausência do ausência do estado compromete o uso dos espaços livres além do saneamento parcial que veio a desagradar os moradores.

A Defesa Civil em Fortaleza

Segundo CASTRO (1999), a Defesa Civil trabalha por meio de um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais, reabilitadoras e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres[*2], preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. CASTRO ainda, em seu Manual de Planejamento em Defesa Civil,

[*2] Desastres: Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e assim conseqüentes danos prejuízos econômicos e sociais. (Fonte: CASTRO, Antonio Luiz Coimbra. *Manual de Planejamento em Defesa Civil.* Volume I Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999).

que a finalidade da Defesa Civil é, portanto promover a segurança global da população, em circunstâncias de desastres naturais, antropogênicos e mistos.

O papel da Defesa Civil de Fortaleza é caracterizado, basicamente por ações referentes à inundação, alagamento, escorregamento, solapamentos, combate a doenças cuja proliferação tem maior incidência nos períodos de chuva como a *Leptospirose*[*3] e acidentes com queda de árvores.

A Defesa Civil de Fortaleza pretende mapear, ainda para o segundo semestre de 2006, novas áreas que serão incorporadas como áreas de risco em Fortaleza, tais como: Malha Ferroviária, Trecho do Alinhamento das Torres de Transmissão Elétrica, Percurso de Oleodutos e Gasodutos. Com essa ampliação dos tipos de risco no município de Fortaleza, comunidades que hoje habitam tais zonas de risco passarão a receber uma maior assistência não só no período de chuvas e/ou acidentes, mas participarão de projetos educativos e de conscientização a fim de melhor conhecerem a área e os riscos que possam vir a surgir no local e, principalmente, como evitá-los.

Até então, o papel da Defesa Civil junto às favelas de trilhos, entraria como sendo esta uma área passível de acidentes, visto que o trecho da Parangaba ao Mucuripe destina-se, especificamente, ao transporte de cargas, as quais podem causar danos à população residente. Segundo declarações da gerência comercial da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, as principais cargas transportadas seriam: cimento, farinha de trigo, clínquer[*]4 e derivados como diesel e gasolina.

[*3] Inundação: Águas decorrentes do transbordamento de córregos, rios e galerias de esgoto, diminuindo assim a capacidade de escoamento das águas pluviais agravado pela quantidade de lixo jogado nas ruas e avenidas, afetando ainda moradias e comércio.
Alagamento: Águas também decorrentes de córregos, rios e galerias de esgoto que transbordam e têm este efeito ampliado pelo lixo jogado em ruas e avenidas. O alagamento se dá quando há enchentes em ruas e avenidas.
Escorregamento: Fenômeno que ocorre nos morros devido à grande quantidade de água acumulada no solo desprotegido de vegetação. Estes sedimentos lamacentos, por sua vez, devido ao peso, desgrudam e escorregam morro abaixo.
Solapamentos: Ocorre quando a água utilizada no ambiente doméstico é jogada sobre as margens de um córrego, provocando o enfraquecimento do solo. Com o aumento do volume das chuvas, esse solo tende a ficar mais frágil, com probabilidades de se desprender, deixando o alicerce das casas mais enfraquecido.
Leptospirose: Grave doença causada pela bactéria *Leptospira*, presente na urina do rato. A urina contaminada, muitas vezes durante o inverno, acaba atingindo riachos, esgotos e bueiros. Com as chuvas, a água ou mesmo a lama desses locais acaba sendo a principal fonte de contaminação.
(Fonte: Cartilha distribuída pela Defesa Civil para populações que vivem em áreas de risco em Fortaleza).

[*]4 Clínquer: consiste numa mistura íntima de silicatos e aluminatos cálcicos, e tem a forma de grânulos com alguns centímetros de diâmetro. É o produto obtido à saída de um forno de cimento.

No caso de um acidente causado por falha humana ou de equipamento, que acarretasse com o descarrilamento de vagões, o próprio maquinista já toma as primeiras providências, visto que já tem um treinamento para casos de emergência e, dependendo das dimensões do acidente, a Defesa Civil é acionada buscando restabelecer a ordem, contando algumas vezes com o apoio de parcerias com ONG’s, Corpo de Bombeiros e etc.

Capítulo 3

3.1 Caracterização das favelas às margens dos trilhos

Fonte: Prefeitura de Fortaleza - 2005; Com destaque em “vermelho” para as Favelas do Boba e Maravilha

As favelas ou assentamentos subnormais em questão, Favelas do Boba (Bairro de Fátima) e Maravilha (Aeroporto) têm características peculiares quanto ao processo de favelização das grandes cidades. São comunidades que se encontram escondidas próximas a bairros como Centro, Benfica, Fátima e Aldeota, isto é, áreas de classe média a alta e onde os serviços coletivos são, em sua maioria, garantidos à população. No

entanto, mesmo estando ao lado de uma grande avenida como a Borges de Melo, na Favela do Boba nem todas as casas têm água encanada (algumas com poços ou bombas de água) e o saneamento é uma questão preocupante. A população residente é bastante antiga e acompanhou o processo de construção da via férrea Parangaba – Mucuripe bem como o crescimento do Bairro de Fátima. Informações obtidas em entrevistas com moradores do local revelam que o assentamento tem cerca de cinqüenta anos.

Em outra extremidade da mesma via férrea, a Favela da Maravilha encontra-se por trás do Colégio Piamarta; sua população é carente de serviços como saneamento, pois o esgoto fica “a céu aberto”, acentuando os riscos à saúde. Outro problema, de ordem, é a discriminação sofrida pelos moradores. Cidadãos de bem, por habitarem a mesma área de indivíduos que se ligam às drogas e pequenos delitos no entorno, são estigmatizados como marginais.

Fato bastante relevante é de que as comunidades do Boba e Maravilha vêm vencendo as modificações urbanísticas as quais Fortaleza tem passado. Uma destas alterações pode ser percebida pela retirada de alguns assentamentos que se localizavam ao longo da via férrea no percurso Parangaba – Mucuripe para a construção de uma via expressa, no caso, a Avenida Jangadeiro. No entanto, apesar de todo o processo de expansão do município de Fortaleza, comunidades antigas como as citadas, Boba e Maravilha, continuam pouco tocadas, tanto no sentido de intervenções com equipamentos coletivos quanto na real resolução da questão habitacional que afeta cerca de 722 mil pessoas que vivem nas áreas de risco de Fortaleza que é, hoje, uma das capitais com o maior número de favelas, sendo superada pelo Rio de Janeiro e Recife, como destacou Laura Bueno (2004) durante a palestra Favelas: os desafios da falta de moradia digna nos grandes centros urbanos, realizada em Fortaleza.

Caracterização da Favela Maravilha

Foto: Mota, 2003. Vista da Favela Maravilha

Localizada no Bairro Aeroporto (informações acerca da Maravilha indicam que esta favela situa-se nos bairros Aerolândia ou mesmo São João do Tauape), ao sul da parte central da cidade. Compreende uma população de 185 famílias que habitam áreas próximas ao Riacho Tauape em condições precárias, sofrendo riscos de inundação. A maior parte dos moradores ali reside a mais de dez anos (40%), enquanto 20% chegaram à favela a menos de um ano, 30% a mais de um ano e 10% a mais de cinco anos. Cerca de 50% vieram do interior do estado e 40% vieram de outros bairros de Fortaleza, fugindo do aluguel. A população é relativamente jovem: 40% está na faixa dos 15 aos 25 anos, 10% têm entre 35 anos, 40% estão entre os 35 e 45 anos e por fim 10% tem mais de 45 anos de idade. (Fonte: CABRAL, SILVA, ACCIOLY, COSTA, FREITAS, SÁ, SILVA, TAVARES, NASCIMENTO, SOUZA, CAVALCANTE. Manual de miséria em áreas de risco Fortaleza - Ceará - Brasil. Fortaleza: CDPDH, 2000).

Esta comunidade apresenta um baixo nível de escolarização de jovens e adultos, sendo que 20% são analfabetos, 20% terminaram o primeiro grau, 40%

possuem o primeiro grau incompleto, 10% terminaram o segundo grau e 10% deixaram o segundo grau incompleto. Entre as crianças em idade escolar, 60% estão na escola.

A baixa escolaridade da maioria desta comunidade soma-se à baixa renda familiar, que para 40% das famílias é de até um salário mínimo e para outros 40% chega a ser inexistente, obrigando-as a viverem da ajuda de amigos, vizinhos e parentes. Também é alto o índice de desemprego, chegando a 60%. Entre os 405 moradores que trabalham, a totalidade atua sem contrato de trabalho e sem garantias e coberturas sociais em atividades de baixa qualificação profissional.

Quanto à documentação de identificação individual, 70% possuem todos os documentos, enquanto 30% possuem apenas um ou outro documento, muitas vezes por não saber informações de como terá acesso a eles. (Fonte: Manual de Miséria do CDPDH)

Os serviços urbanos existentes na área são: Água, energia elétrica, telefone público, água encanada atendendo de forma precária aos moradores, ou seja, alguns desses itens são ligados de forma clandestina e insuficiente como a energia (sem iluminação pública à noite); a água (que em alguns casos é de fonte lícita, mas dividida entre muitas casas, gerando conflitos quanto aos custos); há apenas um único telefone público. Podemos perceber ainda que não exista coleta de lixo e nem drenagem urbana. O policiamento militar é feito somente em alguns dias da semana. Existe um posto de saúde no bairro que atende aos moradores da área. As doenças mais comuns são: virose, diarréia, doenças respiratórias.

Com relação ao tipo de construção, 70% das habitações são de alvenaria, sendo que 10% são de papelão e 20% de madeira. A maioria das casas (70%) possui dois cômodos, enquanto que 10% têm quatro cômodos, outros 10% têm mais de quatro cômodos e 10% têm apenas um cômodo. Em 70% das moradias existe banheiro.

Apesar do risco ao qual estão expostos, 80% dos moradores desejam permanecer na área, pois afirmam ter se acostumado com o local e feito bons amigos. A associação de moradores busca organizar e encaminhar as reivindicações da comunidade.

Caracterização da Favela do Boba

Foto: Mota, 2003. Vista da Favela do Boba.

Dependendo do órgão e do período em que for pesquisada, a Comunidade Boba apresenta-se com variados nomes e situada em diversos bairros, já tendo sido identificada por seus moradores como Conjunto Habitacional Aldaci Barbosa, pelo IBGE em 1991 como Favela do Viaduto da Base Aérea (Bairro da Aerolândia), na Relação de Aglomerados de Fortaleza – IBGE, em 2000, como Favela do Trilho II (Bairro Aeroporto). Todavia pode ser identificada pelo endereço de referência que é comum a todos: Avenida Borges de Melo com BR – 116, estando a comunidade às margens do trilho de cargas da via Parangaba - Mucuripe.

A Comunidade Boba, como é comumente identificada por seus moradores, em 1991, contava com 28 famílias, totalizando 140 pessoas, distribuídas em 25 casas. (Fonte: Adensamentos Favelados em Fortaleza. Vl. I - Levantamento Estatístico, 1991, Secretaria do Trabalho e Ação social do Estado do Ceará – COHAB. Pesquisa direta). Hoje, quando se adentra na comunidade, percebe-se que muitas das casas já possuem

um pavimento superior, construído (mesmo sem orientação com relação aos parâmetros de segurança exigidos para tal tipo de edificação), devido à impossibilidade de ampliação das casas de forma horizontal e pelo crescimento das famílias. Esse tipo de densificação indica que a população atual é bem maior do que indicam estes levantamentos da década de 1990.

Mais da metade dos moradores da favela Boba habitam esta área há pelo menos 30 anos, fazendo parte de um grupo de pescadores que ocupavam a área que ficava nas proximidades de uma lagoa, sobrevivendo ai por meio da pesca, confecção e venda de redes, sendo o local um tradicional ponto de vendas da cidade (segundo informações dos moradores mais antigos). A área até então não chamava a atenção do mercado imobiliário e a comunidade de pescadores vivia de forma tranqüila. Com o passar dos anos, com o crescimento da cidade de Fortaleza, a lagoa foi aterrada e diversos prédios foram sendo construídos no local, devido à intensa valorização dos terrenos do bairro Fátima. No entanto, a Comunidade Boba segue resistindo às alterações urbanísticas realizadas na área, porém com um número mais reduzido de moradores. Utilizamos o termo *redução* de moradores, mediante declarações feitas pelo morador mais antigos da comunidade demonstram que a área ocupada pela favela ia até as proximidades de uma lagoa (próxima ao riacho Parreão) existente na época e que foi aterrada para a construção de prédios e que até 2003, ainda segundo declarações do mesmo morador, a população diminuiu com a chegada dos prédios e teve seu processo de estagnação às margens do trilho, local onde a construção de prédios não é permitida por ser Terra da União. Apesar de fazer parte do contexto da cidade de Fortaleza há várias décadas, a Comunidade Boba ainda se apresenta de forma bastante primária quanto ao nível de organização. Poucas melhorias estruturais foram obtidas em comparação com a comunidade Maravilha. Podemos notar que as casas têm água proveniente de poços ou mesmo de bombas d'água, possuindo energia elétrica, iluminação pública, serviço de correios e pequenas travessas possuem placas nominativas a fim de facilitar a identificação dos moradores. A área não conta com serviços de saneamento básico: seus dejetos passam por uma precária rede de canos que escoa pela comunidade, expondo os moradores, sobretudo, crianças e idosos a doenças como viroses, diarréias e doenças respiratórias.

A maioria das casas possui mais de um cômodo além do pavimento superior, sendo construídas por tijolos ou alvenaria e algumas ainda de papelão e madeira. A comunidade não dispõe de associação de moradores. O Centro de Cidadania Presidente Médici desenvolve algumas ações direcionadas para os moradores dessa comunidade, a exemplo de cursos de alfabetização de adultos, creche e atendimento a idosos. O atendimento médico é feito, em geral, pelo posto de saúde das imediações.

A maioria dos seus moradores é proveniente do interior do estado. As famílias foram crescendo e se fixando na comunidade à medida que o tempo passava sem intenções de deixar a área já tradicionalmente ocupada sem maiores transtornos há pelo menos 30 anos. A prefeitura já chegou fazer levantamentos da população local visando uma possível retirada dos moradores e desocupação da área, no entanto, não tendo outro lugar para onde transferir as famílias a Comunidade Boba permanece no local.

A única tentativa de retirada mais incisiva ocorreu por parte da concessionária de automóveis DAFONTE S. A, que fica ao lado da comunidade, alegando que a favela desvaloriza o Bairro de Fátima, área em ascensão, sem falar do perigo que a comunidade representava para seus clientes e para os demais moradores das imediações.

Os moradores da favela consideram que o bairro tornou-se mais valorizado, apesar de mais quente com a chegada dos prédios que circundam a comunidade. No entanto, as possibilidades de ganhos através da realização de serviços para a população dos condomínios superam todas as queixas a respeito do aumento de temperatura.

3.11 As Favelas e sua Relação à Rede Ferroviária e seus Usos

Os trilhos como sítio de proteção

(Fonte: Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN; 2005)

As cidades expandem-se nos chamados Sítios Geográficos, ou seja, no local onde o suporte natural é modificado pela sociedade. Estas modificações, no entanto, nem sempre conseguem abrigar de forma ordenada o crescimento dos grandes centros urbanos. Este crescente aumento populacional resulta muitas vezes na busca de soluções que passam pela ocupação de espaços vazios impróprios a edificações quaisquer que sejam, sejam estes encostas de morros, terrenos de várzeas ou mesmo terrenos da União, a exemplo daqueles que margeiam os trilhos. CARLOS (2001) afirma que: "*A paisagem*

urbana é a expressão da 'ordem' e do 'caos', manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível imediato e do aparente". (CARLOS, 2001:36).

No caso das favelas as margens de trilhos de Fortaleza, os 15 metros à direita e a esquerda dos trilhos, reservados por motivo de segurança ou destinados a futuras duplicações da via, são utilizados pela população carente para construção de moradia desde o final da década de 30 (segundo declarações de funcionários da antiga RFFSA). Atualmente, a concessão do trecho se encontra com a CFN. Desta forma, esta parcela mais humilde busca se manter nas cidades e assim ter acesso aos mais diversos serviços além das possibilidades de trabalho, mesmo que seja em condições precárias ou qualquer fonte de renda. Como destaca KOWARICK (1979):

> "... dessa forma, enquanto caso exemplar de mão – de - obra que se apresenta com 'pau – para – toda - obra' o favelado pode facilmente preencher as necessidades mais imediatas da engrenagem produtiva, que nas cidades e no campo freqüentemente precisam mobilizar de maneira rápida contingentes ponderáveis de forças de trabalho não - qualificado." (KOWARICK, 1979:89).

Os trilhos funcionariam como sítio de proteção para a população de baixa renda, isto porque, sendo propriedade da união, utilizados apenas como trecho de cargas da Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN tornam-se terrenos que não são cobiçados pelo mercado imobiliário, áreas não passiveis de especulação. A busca por lugares insalubres, ou seja, desprovidos de infra-estrutura faz com que terrenos que normalmente são deixados como vazios em meio à cidade sejam as únicas soluções para as famílias de pobres urbanos. Desde muito cedo a relação dos favelados com a terra urbana se dá nas áreas menos disputadas, conforme enfatiza KOWARICK:

> As favelas permaneceram, por muito tempo ao abrigo de qualquer especulação, posto que os terrenos por elas ocupados, de propriedades de órgãos públicos ou de particulares, encontravam-se em condições topográficas de difíceis de exploração, ocorrendo geralmente em encostas de morros ou terrenos alagadiços, sem contar aqueles de propriedade contestada ou desconhecida. (KOWARICK, 1979:76).

A população mais humilde tem encontrado nos trilhos a proteção que os distingue dos habitantes das demais áreas desvalorizadas de Fortaleza, visto que a

localização destas comunidades em ambiente que não representa valor para o mercado imobiliário, a população favelada fica, de certa forma, preservada da possibilidade de expulsão violenta ou branda à qual poderiam ser alvo em caso de interesse para especulação, como é comum acontecer em outras áreas de favela que se valorizam. Este fato faz com que estas populações permaneçam nestas áreas ao longo dos anos, enquanto outras comunidades sejam mais facilmente removidas.

A desigual inserção social diferencia os moradores da favela dos demais habitantes dos centros urbanos. Morando na mesma cidade, eles não dispõem de iguais condições de vida, nem das mesmas condições de exercício da cidadania, configurando uma espécie de cidadania de segunda classe. O favelado enquanto morador deste "Sítio privilegiado", vítima desse processo de segregação social que se materializa no espaço urbano, é também vitima de outras formas de preconceito e de discriminação devido não apenas devido ao lugar aonde mora, afetando suas relações sociais. KOWARICK (1979) ressalta que:

> "... a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem de condensa os males da pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública." (KOWARICK, 1979: 93).

A dificuldade de ser aceito como cidadão como os demais citadinos decorre também do estado de ilegalidade em que vivem estes moradores. Como ocupante de terra alheia se torna desprovido dos direitos fundamentais. KOWARICK (1979) destaca que a sociedade é centrada na propriedade privada e que este tratamento diferenciado mostra a anulação das prerrogativas do favelado enquanto morador dentro da cidade, ou seja, ele é um morador de fato, mas não é observador enquanto morador, pois não utiliza muitos dos direitos que os demais moradores da cidade dispõem, tipo coleta de lixo, água encanada, energia elétrica entre outros.

3.12 As favelas em relação à dinâmica imobiliária da cidade

A cidade de Fortaleza, assim como várias outras capitais brasileiras, cresceu em torno de seu Centro comercial, no entanto, com o passar dos anos e da própria fuga da elite local para áreas mais afastadas, devido à estagnação da área central, outros

locais passaram a despertar o interesse do mercado imobiliário. Tradicionalmente, Fortaleza tinha duas realidades que se destacavam e dividiam a cidade: a parte Leste, habitada pela classe mais abastada, contando com os melhores serviços e a parte Oeste, habitada, em sua maioria pelas famílias de renda mais baixa. Com o crescimento de Fortaleza e a valorização de áreas antes desprezadas, podemos perceber uma clara procura por terrenos em outros locais onde despontavam os grandes condomínios residenciais, como no Fátima, Papicu, Varjota, Meireles, Praia do Futuro entre outros. CORRÊA (1995) destaca:

> "Com o crescente processo de expansão urbana em Fortaleza, e o conseqüente aumento populacional (local e migrante) e produtivo, as áreas não-urbanizadas são então incorporadas (para a necessária expansão espacial), revalorizando o capital nelas contido (auferindo renda e terra) e investido (gerando lucro). Ou seja, esse crescimento demográfico-espacial do município provoca a necessidade de novos terrenos e imóveis, cuja existência dependerá da incorporação (pelo capital) e sua posterior transformação formal e funcional - o loteamento e a construção -, bem como da infra-estrutura agregada. (CORRÊA, 1995, sp)

Foi necessário dotar a cidade de infra-estrutura para atender à demanda das classes média e alta, que precisavam de lotes bem servidos para a construção de moradias e para o desenvolvimento de atividades comerciais que mais tarde vieram a compor a nova configuração urbana e social da cidade.

Os bairros da zona Leste já não conseguiam responder à demanda. Novas áreas foram sendo urbanizadas mesmo que à custa da expulsão de antigos moradores, afastados, em nome da "segurança" dos novos habitante. Esse processo de expulsão de moradores pobres de forma branda ou sob os auspícios dos poderes públicos locais vem acontecendo, sobretudo, nos bairros do sudeste de Fortaleza (Água Fria). Muitos terrenos vêm sendo comprados a baixos preços, a fim de que os grandes condomínios sejam erguidos. Ladeando os grandes e luxuosos prédios com vigilância eletrônica, destacavam-se ainda modestas residências dos remanescentes dos antigos bairros, antes amplamente ocupados por famílias mais humildes, a exemplo do Conjunto Alvorada, hoje bem descaracterizado enquanto conjunto popular.

Nos bairros Papicu, Aldeota, Vicente Pinzon, Fátima, Aeroporto entre outros, localizavam-se algumas favelas que compunham as ocupações às margens de trilhos. Com o processo de expansão urbana, com a chegada de novos moradores de camadas sociais visivelmente mais abastadas, estas áreas passam a representar ameaça tanto à segurança dos moradores dos condomínios, devido a pequenos furtos realizados no entorno dos condomínios e creditados aos moradores das favelas como à própria paisagem que confronta claramente riqueza e pobreza. Estes aspectos que procuravam ser minimizados até mesmo pelos próprios moradores das favelas. Eles buscavam manter bem conservadas casas que ficavam voltadas para o lado contrário aos trilhos. Estas são, portanto, mais aceitáveis aos olhos dos demais ocupantes dos bairros, como ocorre no Bairro de Fátima, na Comunidade do Boba.

Os terrenos nestes bairros foram se valorizando. Novas avenidas foram abertas como a Avenida Jangadeiro, aumentando o tráfego de veículos e possibilitando uma nova fonte de renda. Vários moradores ganham a vida como flanelinhas ou guardadores de carros nos sinais mais movimentados da Aldeota ou mesmo na frente de restaurantes e bares, freqüentados por moradores de camadas sociais mais abastadas que, em sua maioria, os vê como mão-de-obra barata ou como ameaça à segurança.

Com esta nova configuração urbana de Fortaleza, os preços dos terrenos foram se elevando. A possibilidade de mudança para um terreno próprio nos mesmos bairros foi se tornando uma idéia cada vez mais distante das reais possibilidades dos moradores das favelas de trilhos destes bairros, que agregam parte significante da população carente localizada às margens dos trilhos de carga da CFN. FUCK (2003) destaca:

> Nos dias atuais, o que se tem é uma dificuldade em pagar as prestações da casa própria, sobretudo pelas classes mais baixas, haja vista o modelo econômico adotado no país. O desemprego, o subemprego e os baixos salários (ou qualquer rendimentos) jamais acompanham os juros dos financiamentos, mesmo se “amortizados” pelo Estado. Continua a “eterna crise” (cíclica) da habitação... (FUCK, 2003).

3.13 Caracterização Social dos Moradores das Favelas de Trilhos – Vida Profissional e Vida Cotidiana

As Lavadeiras da comunidade Boba

Localizada no Bairro de Fátima, uma das áreas que mais vêm se valorizando na capital Cearense nos últimos, fato este facilmente observado pelo crescente número de prédios construídos no Bairro de Fátima e que têm até mesmo chamado atenção para o fenômeno da verticalização, como fator para a formação de ilhas de calor (COSTA, em artigo publicado no jornal O Povo, 20), a população da Comunidade do Boba, cercada por condomínios fechados e protegidos por cercas elétricas, tem como a principal fonte de renda o trabalho feminino fortemente em serviços domésticos, em atividades como lavagem de roupas e faxinas atendem à demanda da população de classe média que habita os prédios do entorno. Ao caminharmos pela Comunidade Boba logo percebemos uma clara separação de papéis que rompem com a tradicional estrutura familiar. Nesta comunidade é a "dona de casa" a principal responsável por prover o sustento da família, a exemplo do que ocorre em muitas favelas brasileiras,. Fato bastante notório quando se adentra a Comunidade Boba: casas cujas fachadas ficam coloridas por lençóis e demais peças de roupas a secarem nos varais, enquanto no interior das casas mulheres se entretêm com pilhas e pilhas de roupas por passar. Aos homens resta o ócio, enquanto novos prédios não são planejados e construídos, ficando esta mão-de-obra em constante alerta pelo chamado da construção civil ou mesmo para pequenos serviços como eletricista ou pintor. Enquanto o serviço não chega, resta aos homens da comunidade o tradicional jogo de dominó ou cartas às margens do trilho. As horas do dia vão passando e a rotina é quase sempre inabalável: as casas no interminável trabalho com as roupas sejam por lavar ou por passar, do lado de fora o jogo masculino, a espera de um trabalho, mesmo que fortuito, os idosos sentados em suas cadeiras a recordar o tempo em que ali se localizava um dos principais pontos de venda de redes de pesca da cidade, já tradicional devido à lagoa existente à época e hoje aterrada. Enquanto isso, muitas vezes alheias a realidade que as circundam, as crianças da comunidade brincam pelos trilhos em meio à ausência de saneamento e à miséria.

3.14 Caracterização Social dos Moradores das Favelas de Trilhos – Vida Profissional

Vida Cotidiana

As Lavadeiras do Boba

Localizada no Bairro de Fátima, uma das áreas que mais vêm se valorizando na capital Cearense nos últimos anos, a Comunidade do Boba, cercada por condomínios fechados e protegidos por cercas elétricas, tem como a principal fonte de renda para a sobrevivência das famílias o trabalho feminino fortemente marcado por serviços domésticos como lavagem de roupas e faxinas que vêm a atender aos prédios do entorno. Ao caminharmos pela Comunidade do Boba logo percebemos uma clara separação de papéis que rompem com a tradicional estrutura familiar, visto que, nesta comunidade, como traço comum nas favelas brasileiras, é a "dona de casa" a principal responsável por prover o sustento da família. Fato bastante notório quando se adentra a Comunidade do Boba: casas cujas fachadas ficam coloridas por lençóis e demais peças de roupas a secarem nos varais, enquanto no interior das casas mulheres se entretêm com pilhas e pilhas de roupas por engomar. Aos homens resta o ócio, enquanto novos prédios não são planejados e construídos, ficando esta mão-de-obra em constante alerta pelo chamado da construção civil ou mesmo para pequenos serviços como de eletricista ou pintor. Enquanto o serviço não chega, resta aos homens da comunidade o tradicional jogo de dominó ou cartas às margens do trilho. As horas do dia vão passando e a rotina é quase sempre inabalável: as casas no interminável trabalho com as roupas sejam por lavar ou por passar, do lado de fora o jogo masculino, a espera de um trabalho, mesmo que fortuito, os idosos sentados em suas cadeiras a recordar o tempo em que ali se localizava um dos principais pontos de venda de redes de pesca da cidade, já tradicional devido à lagoa ali existente antes dos prédios e hoje aterrada. Enquanto isso, muitas vezes alheias a realidade que as circundam, as crianças da comunidade brincam pelos trilhos em meio à ausência de saneamento e a miséria.

Na foto a seguir identificamos facilmente os aspectos acima mencionados e que compõem o dia a dia da comunidade:

Comunidade do Boba

Fotos: MOTA, Comunidade do Boba – 2003

A ocupação, sem contrato de trabalho e sem garantias e coberturas sociais, nessas comunidades é bastante comum, visto que a relação de confiança entre os proprietários de apartamentos e as lavadeiras da comunidade já foi, em sua maioria, estabelecida ao longo de muitos anos de trabalho. Em entrevistas feitas durante o trabalho de campo (2003) observamos que o preconceito para com os moradores da comunidade é mais notado entre os mais jovens. Segundo relatos de alguns moradores mais antigos dos condomínios: “é mais fácil confiar e dizer que conheço melhor minha lavadeira que está comigo há anos que meu vizinho de porta, com o qual não tenho nenhum contato”.

A principal dificuldade em conseguir uma ocupação com contrato de trabalho e com garantias e coberturas sociais é destacada pelo próprio círculo social dos moradores da comunidade, como praticamente impossível, visto que a amizade dos mesmos, em sua maioria, os deixa em contato com pessoas que vivem nas mesmas condições trabalhistas que eles. Aqueles que estão fazendo parte da parcela ativa não fazem parte do contexto de uma economia formal, pelo contrário. No preenchimento de uma simples ficha para trabalho o estigma de favelado persegue moradores e os exclui e distancia,

em muitos casos, de uma oportunidade de obter renda com maiores garantias trabalhista. Ademais, a discriminação sofrida pelos moradores da favela Boba ao terem sua comunidade confundida com a favela Maravilha, comunidade da qual dista alguns quarteirões, situada ao longo do mesmo trajeto de trilhos. Segundo moradores, os reais responsáveis por pequenos furtos e agressões para com os moradores dos condomínios saem da favela Maravilha e ano do Boba. Muitas vezes, os moradores dos condomínios passam ao largo da Comunidade Boba e olham receosos a paisagem da favela de dentro dos seus carros de vidros fechados.

Os Catadores da Maravilha

Localizada no Bairro Aeroporto, a Comunidade da Maravilha é uma das áreas que conta com um nível de organização mais amplo que o da Comunidade Boba, visto que já dispõe de uma associação de moradores, que busca melhorias de vida de seus moradores. A comunidade tem 20% de sua população composta por analfabetos. A organização dos moradores já rendeu frutos para a comunidade tais como: água, energia elétrica, telefone público, água encanada, mesmo que atendendo de forma precária aos moradores, ou seja, alguns desses itens são ligados de forma clandestina ou insuficiente como a energia (sem iluminação pública à noite); a água (que em alguns casos é de fonte lícita, mas dividida entre muitas casas, gerando conflitos quanto aos custos); há apenas um único telefone público. Notamos ainda que a baixa escolaridade da maioria, aliada às dificuldades de se obter uma ocupação com garantias trabalhistas, seja por falta de documentação, qualificação profissional ou mesmo pelo estigma de “favelado”, que persegue a grande maioria dos moradores deste tipo de comunidade, não impede que grande parte dos adultos trabalhe, mesmo que sem garantias trabalhistas.

Uma das atividades mais comuns entre os moradores da Maravilha é a de catador. Existe um projeto envolvendo moradores da Maravilha desenvolvida pela Igreja de Fátima (Paróquia do Bairro de Fátima que fica nas proximidades da Maravilha). Seis catadores da favela Maravilha recolhem o lixo produzido e jogado nos arredores da Igreja durante os dias 13 (em que é grande a movimentação no entorno da Paróquia. Observamos que esta orientação aos fiéis e o incentivo à população de condomínios e moradores do bairro ampliam as parcerias com catadores e contribuem para aumentar os rendimentos destes.

O quotidiano da favela Maravilha tem traços comuns aquele da comunidade Boba. Aqui também o pouco tráfego de trens pelo trecho em questão permite aos moradores ter uma vida tranqüila em relação à presença dos trilhos. Ao caminharmos pela Maravilha, percebemos que, aparentemente, as famílias têm aumentado. O tão tradicional processo de autoconstrução ainda mobiliza a maioria dos moradores da área, que produzam eles mesmos, com a ajuda de parentes e amigos um cômodo ou mesmo mais uma casa na comunidade. Tal fato revela que, apesar dos muitos anos de surgimento, a favela ainda se encontra em constante transformação, acompanhando o ritmo de vida de seus moradores. Destacamos ainda que ali são desenvolvidos projetos técnicos de instalação da HABITAFOR de forma constante, em um espaço que será denominado Pouso. Este espaço será destinado a possibilitar um maior contato entre técnicos e comunidade, a fim de promover debates, discussões, receber propostas e sugestões que venham a melhorar as condições de vida da população, e que facilite o processo de transferência já aguardada pelos moradores para uma área próxima. Serão utilizados 15 milhões oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Caixa Econômica Federal e Prefeitura de Fortaleza nesse processo.

Comunidade da Maravilha

Foto: MOTA, 2003. Associação dos Moradores e Amigos da Maravilha e Centro N. Sra de Fátima. Escola Pe. Amorim.

.

Fotos: MOTA, 2003. Maravilha

Capítulo 4

4. A Ação Pública e Comunitária em Relação às Favelas às Margens de Trilhos

4.11 A Ação Pública e os mandatos do governo de Tasso Jereissati (1987 e 1994)

Ao nos atermos aos detalhes acerca dos dois mandatos do governo de Tasso Jereissati e, por meio destes períodos, 1987 e 1994, redesenhamos o perfil da capital cearense por meio de seus principais aspectos sociais, espaciais, políticos e econômicos, podemos mostrar a importância das mudanças ocorridas em Fortaleza, que se tornou, ao longo dos dois mandatos de Tasso, uma verdadeira "Ilha de Prosperidade" que veio a compor o carro chefe da candidatura de Fernando Henrique Cardoso (ANTERO, 1994). No entanto, nosso principal intento é trazer a discussão dos efeitos que este Estado empreendedor trouxe para cidade além da forte propaganda veiculada na mídia nacional e internacional. Acreditamos que a abertura da cidade de Fortaleza, a maciça presença de empresas interessadas em isenções fiscais, deixava a economia local completamente presa as suas decisões e, portanto, fazendo com que o Estado se subjugasse as suas exigências, a fim de não perder tal fonte de lucro e notoriedade no cenário nacional, tão ambicionada pelo governo criado pelo empresário Tasso Jereissati. É importante ressaltar, que a imagem que Fortaleza desperta, entre as capitais nordestinas, ou seja, uma cidade turística, comercial e de alta renda *per capita* e com alto desenvolvimento econômico não é comum a todas as parcelas da população, ficando, em sua maioria, retido nas mãos dos grandes grupos ou empresas que nela se fixam, como é o caso da própria Coca Cola, representada pelo empresário Tasso Jereissati, dentre essas parcelas que ficam à margem deste desenvolvimento temos as favelas às margens de trilhos como a Comunidade do Boba e da Maravilha.

O Estado e as Favelas dos Trilhos

O papel do Estado tem sido, até então, de efeito meramente paliativo, sendo responsável pelas atuações da Defesa Civil, Corpo de bombeiros entre outros nas quadras invernosas. Consubstancia-se com a mera distribuição de cestas básicas, leite, pão, colchonetes, lonas, redes, roupas, linhas e caibros, não resolvendo o problema

destas populações. Após cada período crítico de chuvas, as famílias afetadas por inundações acabam voltando para as zonas de risco que, em sua maioria, não sofreram melhorias infra-estruturais. Resta a estas famílias realizar os devidos reparos nos casebres e esperar que providências que venham de ONG's ou de candidatos políticos, dispostos a "doar" material de construção em troca de voto.

Nas comunidades em questão, Boba e Maravilha, verificamos a presença do Estado por meio de organizações como Núcleo de Habitação – NUHAB, e HABITAFOR. Tais entidades, principalmente na comunidade de Maravilha, têm sido responsáveis por projetos de transferência da comunidade, ainda sem previsão de retirada, com o financiamento do Projeto HABITAR / BRASIL. Segundo informações colhidas na Defesa Civil, apesar do projeto estar pronto e a transferência para conjuntos habitacionais a serem construídos nas proximidades da atual Favela Maravilha, problemas decorrentes de discordâncias quanto ao preço sugerido pelo projeto e os donos do terreno em negociação têm emperrado o processo.

O Estado deve assumir a mediação destas questões, levando seus técnicos, a fim de fornecerem dados e a buscar financiamentos, como é o caso do projeto HABITAR / BRASIL (financiado pelo BIRD). Quando há financiamento e ocorrem transferências de famílias, com ocorreu na Favela do Gato Morto (Barra do Ceará), o Estado se responsabiliza por fazer o projeto, fornecer o material para a construção além de organizar o mutirão com os moradores. Os resultados nem sempre correspondem ao almejado. No caso da Comunidade do Gato Morto (Barra do Ceará) as casas foram entregues ainda com a promessa da chegada da água encanada, fato que não ocorreu, fazendo com que muitos retornassem para o local de origem e reconstruíssem os antigos barracos do local de onde haviam sido retirados.

4.2 A Ação Comunitária

As ações comunitárias realizadas nas comunidades Boba e Maravilha, assim como nas demais favelas de Fortaleza, são fortemente marcadas pela intervenção das ONG's além é claro de organizações de assessoria, sobretudo por meio de projetos sociais que buscam enriquecer o conhecimento dos moradores sobre seus direitos

enquanto cidadãos, com relação à questão do solo urbano, em particular sobre aspectos legais relacionado à “posse ” dos terrenos que ocupam.

Percebemos que a busca pelo esclarecimento é uma das principais preocupações das pessoas envolvidas nas organizações populares. O *Centro de Estudos, Articulação e Referência Sobre Assentamentos Urbanos - CERAH Periferia* desde sua criação oferece cursos para as lideranças das comunidades. O *Centro de Assessoria Jurídica universitária – CAJU* vem prestando acessória jurídica junto aos moradores *de comunidades e bairros populares de Fortaleza. O Núcleo de Assessoria Jurídica - NAJUC*; o *Serviço de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito* e todas estas organizações juntas formam a *Central dos Movimentos Populares - CMP*, as *CEB’s a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza*; a *Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF*; o *Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza* e a *Oficina do Futuro - Ecologia Comunitária*, formam a rede da qual é composto o *Núcleo de Habitação e Meio Ambiente - NUHAB*, em cooperação como o Serviço Alemão de Cooperação Social - DED, a *Coordenação Ecumênica de Serviço - CESE*, formam o principal grupo de ONG’s e organizações de assessoria que juntas auxiliam no processo de organização das favelas de Fortaleza.

Em Fortaleza, tais questões se concentram em torno do HABITAFOR, que funciona com *status* de secretaria de habitação, responsável pela proposta de concentrar todas as ações municipais na área em habitação.

Capítulo 5

Conclusões

Ao analisarmos as favelas como uma forma de habitar nas cidades brasileiras podemos perceber, que mesmo com mais de um século de existência das mesmas elas continuam sendo uma forma dos mais humildes assegurar seu espaço no cenário urbano brasileiro. Mesmo vivendo sob condições que, muitas vezes, não possibilitam o exercício da cidadania, a chance de permanecer no local onde as maiores oportunidades e diversidades de emprego e possíveis melhorias de renda, ainda hoje torna as cidades o 86principal ponto de convergência para onde migra boa parte da população rural. Esta população, aliada ao já considerável número de desempregados ou quando muito subempregados, encontra nas favelas a solução viável para a permanência em meio urbano.

Assim, o pobre excluído do campo, torna-se morador segregado na favelas e áreas de risco das cidades, vítima de preconceitos e estigmas. A inserção no mundo do trabalho é, na maioria das vezes precária, sua mão-de-obra barata é utilizada de forma pontual, seus direitos trabalhistas são letra morta.

Este pobre favelado muitas vezes agradece por continuar inserido ainda que de forma precária em uma sociedade que ao mesmo tempo o exclui do desenho urbano, mas o inclui quando dele necessita em condições de informalidade que, contraditoriamente, garante sua sobrevivência.

Moradores de muitas favelas se organizaram na luta por seus direitos, não abdicando de sua condição de cidadãos e conquistando do poder público, soluções que as possibilitasse permanecerem nas cidades em melhores condições de moradia e infra-estrutura. No entanto, podemos notar que esta união em torno dos interesses das comunidades faveladas não é um traço comum a todas.

Os direitos dos moradores e obrigações do Estado são colocados em discussão que findam por postergar as soluções. Quando a população se acomoda, a situação de miséria e abandono das favelas se cristaliza, se naturaliza. O abandono e a omissão do

Estado contribuem para que muitas destas áreas pobres virem terra de ninguém e se transformem em territórios do tráfico, das drogas, de toda forma de violência

As favelas cuja população se encontra melhor capacitada e organizada na busca de seus interesses e direitos são aquelas em que constatamos as melhores condições de infra-estrutura e de serviços urbanos, conquistados através da luta de seus moradores.

Os sítios desfavoráveis, as áreas que não têm atrativos para o mercado imobiliário e, portanto, onde não há grandes resistências quanto à ocupação continuam sendo o principal local para onde se dirigem os mais pobres. Nestas áreas eles constroem seus barracos.

Em Fortaleza ocorreu uma nova organização espacial, que redirecionou os interesses dos especuladores imobiliários para áreas que antes não tinham atrativos, o que fez com que muitas pessoas vendessem suas casas a baixos preços possibilitando à elite se apropriar de novas zonas, desenvolvendo áreas de moradias para as classes altas da cidade. Nestas áreas condomínios de luxo ladeiam áreas de risco e favelas onde resistem às populações mais pobres.

A classificação das áreas de risco em Fortaleza não é objeto de consenso entre os vários atores envolvidos com a questão urbana. Muitas das áreas de risco são do conhecimento do poder público, mas continuam à margem da catalogação, não recebendo a devida atenção do Estado. O Estado prefere adotar soluções paliativas ao invés de solucionar problemas que se perpetuam na cidadã e até mesmo se agravam. Centenas de famílias são, assim, deixadas à própria sorte.

Em muitos casos a caracterização de uma área de risco se confunde com a aquela das favelas, as más condições de infra-estrutura, de serviços e de assistência são semelhantes. O que as diferencia são as possibilidades iminentes de acidentes ou catástrofes naturais que determinam a intervenção do Estado.

Notamos que as condições reais das favelas em Fortaleza reforçam estigmas históricos que reduzem as favelas a “redutos de marginais”. Sabemos que na maioria das favelas existem trabalhadores que garantem a renda do lar através de atividades

licitas que resultam inclusive da convivência com os moradores do entorno. Estes não reforçam a idéia de que favelados é marginal ou vagabundo e de que favela é lugar de doenças.

A atuação do Banco Nacional de Habitação - BNH em Fortaleza favoreceu a expansão urbana da cidade, mas não solucionou o *déficit* habitacional da cidade. Os humildes foram minimamente contemplados com financiamentos deste banco por não apresentarem a renda necessária para adquirir um imóvel próprio. Aquelas famílias que realmente necessitavam ficaram à margem do sistema. Em muitos casos, aqueles que conseguiam passar pelo crivo da renda, perderam-se na inadimplência o que acarretou tanto na crise quanto na falência do sistema que deveria auxiliar os mais pobres. A situação de inadimplência não apenas das camadas mais pobres, mas igualmente das classes medias justificou a falência e mesmo a extinção do sistema financeiro de habitação. A deficiente e insuficiente política de habitação desenvolvida durante décadas contribuiu sobremaneira para agravar a crise, em particular, no setor de moradia popular. Os novos arranjos da segunda metade da década de 1980 e dos anos 1990 foram bastante questionados e também revelaram rapidamente seus limites

Em Fortaleza, a retirada de famílias de zonas de risco e relocação em áreas seguras, providas de mínimas condições de moradia digna para seus habitantes constituíram uma solução mais apropriada para dar vazão aos projetos modernizadores do que para enfrentar a problemática habitacional das famílias de mais baixa renda. A construção de casas populares em regime de mutirões também se revelou uma solução real para todas as famílias que puderam assim ter acesso a uma moradia, mas insuficiente ante a demanda e às condições de habitação de milhares de famílias pobres.

Tendo por base análise da vida profissional dos moradores das favelas Boba e Maravilha, vemos que estes buscam uma integração com o entorno não representando somente o ganho secundário para a família, mas retirando da parcela mais abastada sua fonte de renda principal mostrando toda a integração com a comunidade que a circunda. Ao observarmos a vida cotidiana dos moradores, percebemos que se trata de uma clara resistência dos valores interioranos dentro da cidade grande, com seus moradores sentados em suas calçadas, onde os moradores se conhecem e se ajudam.

A ação pública nas favelas em trilhos até então traz poucas mudanças desde 1985 a 2000, onde percebemos pequenos aspectos organizacionais tais como placas para se facilitar endereço, água e energia encanada em algumas casas. De modo geral as condições de vida permanecem as mesmas. A Defesa Civil ainda tem projetos e admite a área de trilhos como área de risco, no entanto, até então não foram mapeadas e muito menos tiveram sua rotina abalada pela presença de técnicos prontos a de alguma forma mudar suas realidades com obras que tragam mais segurança e conforto aos seus moradores. A ação comunitária continua fortemente atrelada à intervenção da ONG's, o que as auxilia no tocante ao entendimento de questões que fogem ao grau de compreensão da maioria de seus moradores, no entanto, esta situação de despreparo tem sido claramente minimizada, visto a forma de explanação dos moradores das favelas durante os encontros da FBFF e na participação direta que têm em projetos de urbanização e ou remoção de favelas.

O Ceará transformou-se no retrato fiel da degradação capitalista. Entrou no *ranking* dos recordistas da fome no Brasil em 1993, ocupando o 3º lugar e perdendo apenas para a Bahia e Minas Gerais, com 10% dos indigentes do país. Ou seja: metade da população cearense, que só em 1994 era de 6,66 milhões de habitantes, passa fome e vive na mais degradante miséria. O Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará demonstrou, em estudo do ano passado, que 78% dos cearenses ganham menos de um salário mínimo. As disparidades na distribuição da renda revelam um quadro alarmante: já no limiar dos anos 90, mais de 68% da População Economicamente Ativa (PEA) não possuía rendimento algum ou ganhava no máximo um salário mínimo, apropriando-se de apenas 14% da renda total. No outro extremo, de mais de 20 salários mínimos e representando 1,2% da PEA, ocorria a apropriação de 26% da renda total. O rendimento mensal médio da PEA cearense constituía 45% do mesmo rendimento da PEA brasileira no final da primeira gestão de Jereissati.

A extravagante relação entre os setores da economia (o que de resto constitui uma tendência do capitalismo mundial) exprime, além de um crescimento industrial que não absorve a força de trabalho expulsa do campo (emprega cerca de 18% da PEA), uma acelerada expansão do setor de serviços (inflado com 45% da PEA), para onde flui um imenso contingente de trabalhadores migrantes. O incremento da urbanização posicionou, segundo ANTERO (1994), mais de 60% da população nas cidades (35%

das quais na Região Metropolitana de Fortaleza). O setor agropecuário, que em 1960 abraça 66% da PEA, no final dos anos 80 reteve apenas 36%. De 1985 a 1991, 79 novas favelas surgiram em Fortaleza (que ocupa o 3º lugar no país, com 15,6% de favelados, depois de Recife e Belém). Ampliam-se a cada ano os cordões de miséria em torno das cidades, atestando a lógica perversa das elites cearenses em sua "próspera ilha". Uma pesquisa da Secretaria de Ação Social (SAS) revelou um fato adicional: a expressiva parcela dos novos favelados é de classe média em processo de proletarização.

O Ceará tem um déficit que supera as 300 mil habitações (ANTERO, 1994). A tímida ação de sucessivos governos que não foram capazes de implementar programas habitacionais de vulto tem contribuído para agravar o problema.

A partir de uma concepção mais abrangente de risco, concluímos que a maioria da população de nosso estado encontra-se de alguma forma em situação de vulnerabilidade. Pouco mais de 30% dos domicílios estão ligados à rede geral de abastecimento de água, elevando-se o risco permanente da cólera e outras epidemias para os restantes, com a ausência de água tratada. Praticamente metade da população não possui filtro d'água; quase 60% dos cearenses colocam o lixo em terreno baldio; 40% das crianças menores de dois anos são desnutridas. Ademais, 44% da população acima de 5 anos é analfabeta e apenas 3,7% possui diploma de nível superior, a desinformação ou a má qualificação restringe as possibilidades de uma inserção social em condições mais dignas. Foi desconcertante para os dirigentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) a divulgação dos dados trimestrais sobre mortalidade infantil no Nordeste brasileiro: o Ceará ficou em primeiro lugar com o aumento da taxa das mortes de 51,8 por mil, em 1993, para 116,2 por mil em 1994 (bem superior à do Nordeste, que cresceu de 52,9 para 73,9). Com o grande alarde na mídia nacional, Ciro Gomes agitou como uma taça na Copa do Mundo o prêmio Maurice Patte, concedido em 1993 pela UNICEF ao seu governo pelo desempenho na redução da mortalidade infantil. O órgão da ONU atribuiu à reviravolta "à péssima distribuição de renda, à seca prolongada e aos cortes de recursos destinados à área de saúde".

Mas, existe no Ceará uma elite agraciada pela prosperidade e que, ao lado do conjunto das oligarquias nordestinas, é beneficiária dos incentivos fiscais da SUDENE e por outros órgãos públicos que reforçam a condição privilegiada de poucos enquanto a

pobreza vai se agravando. Uma “acumulação primitiva” que torna as elites também beneficiárias da umbilical relação entre Estado e iniciativa privada, num outro nível. A especulação imobiliária, os grandes empreendimentos privados, através do controle do poder político, contam com investimentos públicos em equipamentos e infra-estruturas urbans: construção e alargamento de avenidas, viadutos, adornamento de áreas etc; enquanto outras obras beneficiam vastas áreas urbanas de poderosas famílias.

Este dissertação buscou destacar, a situação em que se encontrou Fortaleza, ao longo dos Governos de Tasso Jereissati, destacando seus mandatos de 1987 e de 1994. Durante estes anos verificou-se a formação de uma capital completamente voltada a metas empreendedoras que visavam trazer para Fortaleza empresas nacionais ou estrangeiras encantadas pelas facilidades de instalação proporcionadas pelo governo do estado, que concedia isenção de até dez anos no ICMS. Desta forma podemos observar um grande número de indústrias que se deslocaram para a capital cearense em busca de facilidades fiscais e mão-de-obra abundante e barata devido à baixa qualificação. Tal desenvolvimento, no entanto, não é verificado de forma igualitária, podendo ser percebido por meio do déficit habitacional que em 1994 chegava a 300.000. Nota-se que de 1985 a 1991, período o qual se dedica esta dissertação, várias outras favelas surgiram em Fortaleza, agravando ainda mais o déficit habitacional que já chegava à alarmante marca de 300.000 casas.

Podemos notar que as favelas dos trilhos à medida que foram esquecidas pelo poder público e sequer inseridas como áreas de risco, encontram nesta situação de descaso a tranqüilidade de saberem que não terão suas casas derrubadas a qualquer momento, isto porque, apenas as áreas identificadas como áreas de risco pela Defesa Civil são reconhecidas pela Prefeitura de Fortaleza e como tal recebem a assistência necessária no tocante a urbanização ou retirada da população do local. Sendo assim, percebemos que se localizarem nos trilhos, estas comunidades configuram um “sítio de proteção” privilegiado diante das demais favelas, pois sendo estas Terras da União, o mercado imobiliário não tem interesse pelo terreno por saber que esta área não permite construções, nem o Estado tem pressa e retirá-las, visto que sua situação de risco não é eminente e, portanto, pode perfeitamente esperar por outros mandatos, deixando o problema em aberto há mais de 50 anos.

Referências Bibliográficas

ANTERO, Luiz Carlos. *A ilha das Ilusões*. Princípios (revista teórica, política e de informações) n° 37, 1994.

ARAÚJO, Ana Maria MATOS; CARLEIAL, Adelita Neto. *Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará-Brasil)*. Fortaleza. Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, 2003.

BARÓSS, Paul; VAN der LIDEN, Jan (Orgs). *Transformation of Land supply systems in third world cities*. Adershot, Gower, 1990.

BEZERRA, Amélia Cristina Alves. *Habitação popular e a produção do espaço urbano: delineando a trajetória dos mutirões habitacionais*. In Cadernos de Geografia, n. 01, Fortaleza: UFC. 1997.

BUENO, Laura Machado. *Parâmetros para urbanização de favelas – apresentação de resultados da pesquisa*. São Paulo, 1998.

CABRAL, José Roberto Matos; SILVA, Francisco da Silva; ACCIOLY, João Bandeira; COSTA, José Enildo; FREITAS, Ana Maria; SÁ, José Batista; SILVA, Abelardo Coelho da; TAVARES, Geovani de Oliveira; NASCIMENTO, Marines Almeida; SOUZA, José Ivo de; CAVALCANTE, Genilson Vasconcelos. *Manual de miséria em áreas de risco Fortaleza - Ceará - Brasil*. Fortaleza: CDPDH, 2000.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. *As cidades como atores políticos*. In: Novos Estudos CEBRAP, n.45, jul, 1996.

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra. *Manual de Planejamento em Defesa Civil.* Volume I Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (0rgs). *"Dilemas Urbanos: Novas Abordagens Sobre a Cidade"*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *A (re) Produção do espaço Urbano*. SP: USP, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *"Trajetórias Geográficas"*. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; SOUZA, Francisco Fabrício Rodrigues de; ROCHA, Nayara Maria Moura. *Mutações urbanas em Fortaleza: ocupação da margem direita do Rio Ceará*. Fortaleza: UFC, 2004.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas-SP: Papirus, 1986.

COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática.* São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DANTAS, E. W. C. *Mar à Vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

DURKHEIM, Émile. *"Regras do Método Sociológico"*. Lisboa: Ed. Presença, 1984.

GOMES, Paulo César da Costa. *"A Condição Urbana: Ensaios de Geopolítica na Cidade"*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

DAVIS, Mike. *Planeta favelas*. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERNANDEZ, Henrique Montserrat. *O desenvolvimento urbano – um desafio para toda a sociedade visando o futuro*. In: Espaço Aberto. 2006.

FUCK Jr, Sérgio César de França. *As condições desiguais de acesso à moradia em Fortaleza, Brasil*. Fortaleza: Scripta Nova, 2003.

GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Orgs). *Outras Histórias: Fortaleza, Cidade(s), Sujeito(s).* Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2004. (Coleção Magister)

GOFFMAN, Erving. "Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada". Brasil, Zahar. Editores, 1980p.21-22

GOMIDE, Alexandre de Ávila. *Mobilidade urbana, iniqüidade e políticas sociais*. IPEA, 2006.

GUERRA, Eliana Costa; MOTA, Lidiany Soares *O processo de verticalização no Bairro de Fátima*. Fortaleza: UECE, 2007.

HARVEY, David. "A condição pós-moderna". São Paulo, Ed. Loyola, 2003, 12ª edição.

_____. *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. In: Espaço e debates-revista de estudos regionais e urbanos, n 39. Cidades: estratégias gerenciais. Ano XVI. SP: núcleo de Estudos Regionais e urbanos, p. 49-64, 1996. (X)

HOERNING, Johanna. *A questão da habitação em Fortaleza*. Fortaleza: Fund. Konrad Adenauer, 2005.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. SP: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henry. *"O Direito à Cidade". São Paulo: Centauro, 2001*.

LOPES, Rodrigo. *A cidade intencional: O planejamento estratégico de cidades*. RJ: Mauad: 1998.

MARICATO, Ermínia. *Brasil 2000: qual planejamento urbano?* In: Cadernos IPPUR, vol. XI, n. 1e 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 113-130.

_____. *O Ministério das cidades e a política de nacional de desenvolvimento urbano.* IPEA, 2006.

_____. *Favelas – Um gigantesco e desconhecido*. São Paulo: IPEA, 2006.

MEINIG, Donald W. "*Dez visões de uma Mesma Cena"*. Revista Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

Ministério das Cidades. *Capacitação em Mapeamento e Gerenciamento de Risco*. Volume I. Brasília: Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Defesa Civil, 2006.

Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Manual de Desastres: Desastres Naturais. Volume I.* Brasília: 2004.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. "*Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará"*. Fortaleza: UFC, 2006.

PETINNE, Jusara e OLIVEIRA, Roberto de. *A Habitação como Estratégia de Gestão Territorial Urbana.* Florianópolis: COBRAC, 2002.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *A dinâmica socioterritorial das metrópoles brasileiras: dispersão e concentração*. IPEA , 2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradias nas Cidades Brasileiras. 7° ed.* São Paulo: Contexto, 1997.

ROLNICK, Raquel. *Planejamento Urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas.* In RIBEIRO, Luiz, SANTOS, Orlando dos (Organizadores.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 351-360.

SASSEN, Saskia - The Global City. London: Princeton University Press (2ed.), 2001.

SILVA, José Bozarcchiello da; Souza, Simone (Orgs). *A Cidade Contemporânea no Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

_____. *Os incomodados não se retiram*, Multigraf, Fortaleza-Ce, 1992.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Desafio Metropolitano: Um Estudo Sobre a Problemática Sócio-Espacial nas metrópoles Brasileiras.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Critica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. 2° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Organizadores). *Seca.* Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Fortaleza: História e Cotidiano)

TORRES, Haroldo da Gama e MARQUES, Eduardo. *Políticas sociais e territoriais: uma abordagem metropolitana*. 2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SECRETARIA DE DEFESA CIVIL. *Manual Nacional de Defesa Civil*. In: Classificação dos desastres humanos ou antropogênicos (Título I) In: Política Nacional de Defesa Civil. Brasília: 2000.

Ministério das Cidades. "*Estatuto da Cidade"*. 2° ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações. 2002.

Câmara dos Deputados. *Estatuto da Cidade*. 2° ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações. 2002.

Fotos e mapas:

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará / IPECE

Favela da Rocinha – Morro Dois Irmãos, RJ. Fonte: Irvine - 2006

Fonte: PMF (IPLAN-SEINF) aspectos históricos referentes ao PDDU de Fortaleza

Fonte: PMF- SEIN-COURB - Geoprocessamento

Fonte: PMF- SEIN - COURB - Geoprocessamento e IBGE senso 1991-2000

Fonte: PMF- SEIN-COURB - Geoprocessamento e IBGE senso 1991-2000

Fonte: PMF- SEIN-COURB - Geoprocessamento

Fonte: FUCK, As Condições Desiguais de Acesso à Moradia em Fortaleza, Brasil.

Foto: moradores, 2000

Fonte: Prefeitura de Fortaleza - 2005

Foto: Mota, 2003. Vista da Favela Maravilha

Foto: Mota, 2003. Vista da Favela do Boba.

Fonte: Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN;

Fotos: MOTA, Comunidade do Boba – 2003

MOTA, 2003. Associação dos Moradores e Amigos da Maravilha e Centro N. Sra de Fátima. Escola Pe. Amorim